

A CONSTRUÇÃO DO GRANDE INIMIGO: Uma História do confronto entre o Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus 1750-1759

Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que o trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais; mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.

Padre Gabriel Malagrida

Este infame, malicioso, temerário e herético papel, que ainda lido em outros tempos, não faria impressão alguma sensível nos homens verdadeiramente sábios, e pios, livres de ilusões, e preocupações fanáticas.

Antonio de Santa Marta Lobo da Cunha, censor da Real Mesa Censória sob Pombal

1 Reformismo Ilustrado ou a implosão da tradição¹

Os padres da Companhia de Jesus eram, em grande medida, os responsáveis pelo predomínio dos preceitos sociais e políticos² então em voga em Portugal, regidos por uma orientação neotomista. A sociedade portuguesa tinha suas bases políticas e sociais mergulhadas numa perspectiva cristã, característica quase intrínseca àquela sociedade.³ Entretanto, os jesuítas estiveram atentos e a par das idéias vindas do estrangeiro, dentre as quais aquelas que revolucionaram a esfera científica, o novo método experimental nas Ciências Naturais, além das novas descobertas no campo astronômico. Aliás, os jesuítas estavam entre os mais respeitados intelectuais da cristandade naquele contexto, contando em seus quadros com estudiosos de todos os campos do conhecimento. A

¹ Este trabalho é parte da tese de doutorado CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de História da UFMG, 2005.

² Na esfera política, estamos nos referindo às concepções corporativas do poder, que, acordo com alguns autores (ver capítulo 1), cerceavam e limitavam a esfera de ação dos monarcas lusos.

³ MACEDO. *Formas e premissas do pensamento luso brasileiro do século XVIII*, p. 74. VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 93.

divulgação dessas idéias pelos membros da Companhia de Jesus em Portugal, porém, foi muito restrita, servindo quase que exclusivamente a alguns mestres.⁴

A Ilustração em território luso teve uma feição predominantemente católica, à semelhança de outros Estados onde era fortemente arraigada a influência da Igreja.⁵ O Iluminismo não foi um movimento homogêneo; muito pelo contrário. Pode-se afirmar que as Luzes eram muitas, variando sensivelmente de acordo com a região e credo. E, sendo assim, cada Estado europeu vivenciou aquele período em consonância com as suas especificidades.⁶ Talvez seja possível identificar elementos que caracterizassem de forma tênue uma unidade entre os diversos movimentos ilustrados da Europa, como a defesa da idéia de progresso, da eficiência da estrutura administrativa, da observação científica da natureza e da valorização do saber aplicado à busca da felicidade terrena e do bem-estar social.⁷ A ilustração em Portugal conciliava elementos que, a princípio, não se harmonizariam facilmente, tais como a fé e a ciência, as antigas tradições filosóficas e as inovações nos campos da razão e da experimentação, o teocentrismo e o antropocentrismo.⁸ As primeiras manifestações do pensamento Ilustrado penetraram em Portugal por meio dos denominados “estrangeirados”, homens que, ao passarem para o Além Pirineus, devido às mais variadas razões, circularam pela Europa, entraram em contato com as “novas idéias” que então proliferavam naqueles meios eruditos e, então, retornavam a Portugal (ou não, como foi o caso de alguns estrangeirados), divulgando as ditas “novas idéias”, e isso desde o reinado de dom João V.⁹ Dentre os principais ícones deste seletto grupo a encontravam-se estadistas, ministros, diplomatas,

⁴ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 51.

⁵ *Ibidem*, p. 117.

⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 97. TEIXEIRA. *Mecenato Pombalino e Poesia neoclássica*, p. 25.

⁷ TEIXEIRA. *Mecenato Pombalino e Poesia neoclássica*.

⁸ FALCON. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, p. 430.

⁹ NOVAIS. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808*, p. 220-221; MAXWELL. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, p. 8-11.

eclesiásticos e membros da nobreza, grupo que inclui também vários luso-brasileiros.¹⁰ Essas “novas idéias” interagiriam no universo cultural, engendrando significativas alterações nos cenários político, social e econômico, sobretudo após 1750, ocasião em que sobe ao trono dom José I, trazendo consigo aquele ministro que iria marcar profundamente a vida portuguesa: Sebastião José de Carvalho e Melo.

Em Portugal, a Ilustração foi uma “ferramenta” a serviço do Estado. O Iluminismo serviu de referência aos ministros reformistas ilustrados sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo, ao mesmo tempo em que também foi alvo de censura. Não eram admitidas posturas que, de alguma maneira, representassem ameaça ao absolutismo proposto pelos reformistas ilustrados, personificados pelo ideário difundido pelo marquês de Pombal.¹¹ Reinava em Portugal uma razão subordinada e a serviço do Estado.¹² Nesse caso, o Iluminismo não levou ao fim da Inquisição, e sim ao controle de tal instituição pelo Estado, assim como de todas as outras estruturas da Igreja, incluindo as ordens religiosas. A entrada de novas idéias não implicou o fim da censura, e sim submeteu a mesma ao crivo do Estado, por meio da Real Mesa Censória, criada durante o ministério de Pombal.¹³

Com o advento de dom José I ao trono português, em 1750, todo o ministério foi renovado, e para surpresa de muitos, sobretudo para os membros dos altos estratos da nobreza, ascendeu a um dos principais postos do governo Sebastião José de Carvalho e Melo, que não estava entre os mais cotados para ocupar o cargo, tendo como opositores à sua nomeação importantes nomes do antigo governo. Carvalho e Melo nascera em 1699, numa família pertencente à pequena nobreza, não abastada, cujos membros tradicionalmente se dedicavam à magistratura, sem, no entanto, alcançar fama ou

¹⁰ VILLALTA. *Reformismo Ilustrado e práticas de leitura*, p. 139.

¹¹ VILLALTA. *1789-1808 O império luso-brasileiro e os Brasis*, p. 17-8.

¹² TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclásica*, p. 25.

¹³ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 83.

notoriedade até então. Sucessivamente agraciado com os títulos de conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1770), Carvalho e Mello foi o mais prestigiado ministro do reinado josefino, razão de sua meteórica ascensão nobiliárquica. O estadista foi um típico caso de nobreza de toga, uma vez que sua posição social foi alcançada graças aos seus serviços prestados ao reino, e não ao seu nascimento.¹⁴

A família do marquês de Pombal possuía poucas propriedades, uma residência em Lisboa e uma área em Oeiras. Ao longo de seu governo, casos de ascensão como a do próprio ministro deixaram de ser exceção, uma vez que a competência e o preparo viriam a ser um dos critérios utilizados para a ocupação de cargos públicos, além daquele já tradicional requisito de pertencer à nobreza. Carvalho e Melo era um homem de sólida formação cultural, tendo publicado textos encomiásticos em sua juventude. Funcionou em sua casa, entre os anos de 1717 e 1720, a Academia dos Ilustrados, que contou com o patrocínio de seu avô e se consagrava a dissertações de filosofia e literatura. Desse referido grupo também participaram grandes intelectuais do período.¹⁵ Frequentou a Universidade de Coimbra, cidade onde se radicou em sua juventude devido a problemas familiares. Em 1723, casou-se pela primeira vez com dona Tereza de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, viúva rica, pertencente à primeira linha da nobreza portuguesa. Tal matrimônio foi fundamental para que alçasse seus primeiros vãos na vida pública portuguesa, ambição que sempre manifestara desde tenra idade. O segundo passo foi entrar para a Real Academia de História, instituição que dava prestígio aos seus componentes. Iniciou-se tarde no jogo do alto poder político, não por seu desinteresse pela matéria, pois gastou boa parte de sua juventude em questões judiciais por conta da herança paterna. Foram muitos os obstáculos até que conquistasse o espaço político que almejava. Certamente a sua trajetória encarna de forma

¹⁴ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 90.

¹⁵ SERRÃO. *Marquês de Pombal: o homem, o diplomata, o estadista*, p. 16-17.

emblemática o ideal ilustrado de progresso e estudo que tanto impressionou o imaginário popular durante sua vida e, mesmo, após a sua morte, a despeito das suas articulações ante a nobreza e a membros da Companhia de Jesus, parceiros primordiais durante os seus primeiros passos.¹⁶

Pombal conseguiu sua primeira missão pública já próximo dos quarenta anos, ocasião em que foi enviado como diplomata à Inglaterra. Foram quatro anos nesse posto (1739-1743), tempo que lhe rendeu grande aprendizado e experiência. Nesta embaixada, estudou minuciosamente os passos dos ingleses, principalmente no tocante a suas estratégias econômicas e políticas. Posteriormente, quando se tornou ministro de Estado, a Inglaterra continuou sendo importante foco de sua atenção. Para ele, Portugal deveria vigiar com muita diligência todos os passos dados pelo governo em Londres. Em 1743 regressou a Lisboa, devido a problemas de saúde, e não mais retornaria à Inglaterra. No final do ano seguinte, uma nova missão diplomática lhe seria delegada, dessa vez na corte austríaca. Assim como a passagem pela Inglaterra, aquela nova experiência seria frutífera ao futuro ministro, repercutindo fortemente em sua ação política nos anos em que ocupou o ministério português. Fizera desta feita importantes contatos de natureza política. Foi também em Viena que veio a conhecer sua segunda esposa, Maria Leonor Ernestina Daun, que mantinha boas relações não apenas na corte austríaca como também com a esposa de dom João V, dona Maria Ana, sua conterrânea. Tais experiências diplomáticas exerceram forte influência em sua personalidade político-administrativa. O relativo distanciamento de sua terra natal e o contato com realidades políticas diversas proporcionaram-lhe elementos de reflexão que lhe permitiram vislumbrar a necessidade de um novo modelo político e econômico para seu país.¹⁷

¹⁶ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 33-34.

¹⁷ SERRÃO. *Marquês de Pombal: o homem, o diplomata, o estadista*, p. 90-91.

A amizade de sua esposa com a rainha portuguesa dona Maria Ana, e os contatos políticos na corte austríaca não foram os únicos fatores determinantes na sua ascensão ao cargo de ministro de Estado. Pombal contou também com os decisivos apoios de dom Luís da Cunha, importante diplomata e um dos portugueses mais cultos daquele tempo, e de importantes membros da Companhia de Jesus, dentre os quais o confessor de dom José I, o padre José Moreira.¹⁸ É certo que a influência dos jesuítas foi elemento fundamental à sua ascensão ao posto de ministro de Estado. A análise da correspondência trocada entre Pombal e vários membros da Companhia de Jesus revela um estreito contato entre as partes. É certo que valeu-se do prestígio e influência daqueles padres para atingir seus intentos de natureza política e, até mesmo, em questões particulares.¹⁹ Também era amigo de outro jesuíta, padre Carbone, conselheiro de dom João V e um dos homens mais influentes da Corte.²⁰ Apesar do violento conflito protagonizado com os jesuítas a partir de 1755, a sua relação com os padres da Companhia era a melhor possível nos anos que antecederam sua nomeação por dom José I. Aliás, sua indicação para a missão na corte de Áustria contou com apoio decisivo dos jesuítas, em especial do padre Carbone. Em uma das cartas trocadas entre ambos, Carbone dizia:

tenho que falar com vossa Senhoria em um particular do serviço de Sua Majestade, e importa a brevidade. Se Vossa senhoria estiver esta tarde em casa, lá irei às quatro para as cinco horas. Se porém Vossa Senhoria tiver que ir a outra parte, peço-lhe com a confiança que Vossa Senhoria me permite, queira passar por esta sua casa aonde estarei em quanto não tiver resposta de Vossa Senhoria a cujas ordens fico com a mais pronta vontade de lhe obedecer.²¹

¹⁸ Sobre os movimentos que antecederam a nomeação do novo ministério de dom José I, ver: MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 114-118. SERRÃO. *História de Portugal*, vol. 5, p. 24. SERAFIM LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 6, p. 336-337.

¹⁹ LOPES. *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus*. Esta obra trás à luz 115 cartas trocadas entre Pombal e vários jesuítas entre 1743 a 1751.

²⁰ RIBEIRO. *A renovação pombalina*. In: PERES. *História de Portugal*. vol. 6..

²¹ CARTA do padre João Batista Carbone a Sebastião José de Carvalho e Melo. 22 de agosto de 1744. In: LOPES. p. 46.

Foram muitas as correspondências trocadas com este padre até que Pombal finalmente partisse rumo a sua missão na Áustria, já no final de 1744. O mesmo jesuíta escreveu-lhe em setembro de 1744, mencionando que naquele dia, pela manhã, tivera audiência com rei e conversara sobre o “negócio da assistência ou da ajuda de custo”, agindo assim no sentido a beneficiar o dileto amigo. Em outras oportunidades, padre Carbone deixava clara a sua ansiedade ao aguardar pareceres do monarca para os seus assuntos particulares, sentimento dividido sempre com o amigo.²² Era recíproca a confiança. Ao longo de todo o período em que Pombal esteve empenhado naquela embaixada, Carbone foi seu principal contato na Corte. O influente jesuíta era aquele em que Pombal confiava suas tarefas mais urgentes e confidenciais, incluindo questões particulares. Carbone sempre interviu favoravelmente nas questões referentes aos seus constantes pedidos de “ajuda de custo”, sempre prontamente atendidos pela Coroa:

Vendo eu a dificuldade que se havia de determinar com Sua Majestade a dita ajuda, porque nos achamos em Calda, aonde o mesmo senhor só cuidava na sua cura, e no divertimento de ouvir ler alguns livros, me resolvi à pedir licença a Rainha e o Príncipe Nossos Senhores de mandar a Vossa Senhoria aquela quantia que eu tinha em meu poder (12000 cruzados), pertencente a Sua Majestade, mas do qual não devia dar conta se não pela minha fidelidade, sendo dinheiro, como perdido, que eu resgatei com industria por zelo da Fazenda Real [...].²³

Toda a correspondência de Pombal trocada com seus entes mais próximos em Lisboa seguia no correio pessoal do padre Carbone. Ao longo das cartas, o jesuíta demonstrava participar de forma ativa da vida diplomática portuguesa, interferindo em questões cruciais aos interesses daquele Estado e auxiliando o monarca em suas resoluções.²⁴ Mas esse não era o único jesuíta com o qual Pombal gozava de bom relacionamento. Em fevereiro de 1745, o diplomata recebia correspondência do jesuíta Rafael Mendes, em que este mostrou também grande afeto ao futuro ministro: “A nossa causa me diz o Senhor seu irmão, que está descansando, e os amigos quietos: eu

²² ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*, p. 103.

²³ CARTA de João Batista Carbone a Sebastião José de Carvalho e Melo. 20 de dezembro de 1745. In: LOPES. *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus*, p. 131.

²⁴ ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*, p. 104.

chamo-lhe também minha; porque tudo que toca a Vossa Senhoria, eu o tenho por coisa muita minha [...]”.²⁵ Carvalho e Melo também mantinha contatos com outro jesuíta muito influente na Corte portuguesa, o padre José Moreira, confessor do então príncipe e futuro rei dom José I. Em algumas cartas, eram trocadas confidências íntimas e se discutiam questões familiares do futuro ministro. “O Senhor Francisco de Carvalho [familiar de Pombal] partiu hoje para o Porto, e ainda não tive o gosto de receber, e ver o papel que Vossa Senhoria me faz honra de comunicar-me, que havia de dar-se a estampa para convencer as falsidades da parte contrária [...]”.²⁶

Mais tarde, Pombal desmentiria qualquer acusação de “irreligiosidade”, a despeito de suas abruptas iniciativas ao longo de seu ministério no intuito de submeter efetivamente a Igreja aos interesses do Estado. Era homem de fazer rezar missas periódicas na capela de sua quinta em Oeiras, além de, aos sábados, sempre acompanhar, ao som de órgão, a ladainha a Nossa Senhora. Era ministro da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus, sujeitando-se sem o menor problema às admoestações impostas por seus párocos, sempre observando todas as regras da dita Ordem, típico comportamento dos homens naquele tempo.²⁷ Quanto a outros aspectos da personalidade do ministro, depoimentos coevos dão conta de que era homem de personalidade forte e marcante, atributos imprescindíveis tendo em vista a árdua tarefa que levou a cabo ao longo dos vinte e cinco anos em que ocupou proeminente espaço na administração do Estado português. Possuía grandes qualidades de sedução, “alto e de bela figura, feições espirituais expressivas, modos insinuantes, palavra fácil e fluente, voz melodiosa e muito agradável, solidez dos argumentos, brilho na elocução,

²⁵ CARTA do padre Rafael Mendes a Sebastião José de Carvalho e Melo. 15 de fevereiro de 1745. In: LOPES. *O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus*. p. 63.

²⁶ CARTA do padre José Moreira a Sebastião José de Carvalho e Melo. 15 de fevereiro de 1745. In: LOPES. *O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus*, p. 67

²⁷ DEL PRIORE. *O mal sobre a Terra: uma História do terremoto de Lisboa*, p. 216.

afabilidade e cortesia no trato particular”.²⁸ Essas impressões se coadunam com aquela deixada por um diplomata francês perto do fim do governo de dom José I, que dele dirá à corte francesa:

Infatigável, ativo, possuidor de conhecimentos bastante extensos, tendo um trato finíssimo para apreciar os homens e aproveitar o momento mais propício à consecução de seus desígnios, encontra facilmente na sua longa experiência os expedientes, os recursos de que pode carecer. Sabe, apesar da violência das suas paixões, ocultar a impetuosidade dos primeiros momentos e tornar-se senhor de si quando o quer. Simples na atitude, polido nas maneiras, jovial na conversação, fala melhor do que escreve.²⁹

Em 31 de julho de 1750, morria dom João V. Dois dias depois dom José I, o novo rei, que então contava 36 anos, nomeava os novos ministros. Pombal ocuparia a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Ao contrário do que normalmente se atribui, ele gozava da confiança e admiração do monarca já antes do terremoto de 1755, conquistadas devido à sua atuação sobretudo no campo econômico, acompanhada de perto pelo novo rei. Dom José I era um monarca erudito e grande apreciador de todas as modalidades artísticas.³⁰ A indicação de Pombal para um dos ministérios parece ter sido uma decisão de certo arrojo e que demonstrou a atenção do rei quanto às questões cruciais do Estado. O governo de dom José I, apesar de marcado pela contundente ação política de Pombal, teve, sem dúvida, a contribuição e aquiescência do monarca, que sempre respaldou os mais drásticos passos dados por seus subordinados, mesmo sob a influência de grupos contrários a tais medidas, oriundos da própria nobreza e clero.

Desde os primeiros tempos de seu ministério, Pombal pôs em prática seu plano de reorganização econômica do Império português. Nesse sentido, sobretudo no que dizia respeito à América portuguesa, a capitania das Minas Gerais ocupou lugar de destaque nos planos do ministro, devido, entre outros aspectos, à importância

²⁸ SMITH. *Memórias do Marquês de Pombal*, p. 25. Tais impressões são referentes ao contato do referido autor com o ministro português.

²⁹ RIBEIRO. *A renovação pombalina*, p. 196.

³⁰ SCHWARCZ. *A longa viagem da Biblioteca dos reis*, p. 93.

estratégica daquele território.³¹ Uma das primeiras missões atribuídas a Pombal pelo monarca foi a reestruturação da arrecadação dos impostos nas Minas Gerais, mesmo sendo, em tese, um problema que dizia respeito a outra secretaria, da Marinha e Ultramar, cujo chefe era o também ministro Diogo de Mendonça.³² Até 1754, Carvalho e Melo já havia posto em prática os seguintes projetos relacionados à área econômica: proibição de exportação de moedas, redução dos direitos sobre o tabaco e o açúcar, regulamentação do comércio de diamantes, regulamentação dos portos, execução do tratado de Madrid e estabelecimento da Companhia Comercial do Grão-Pará.³³

Adequava-se perfeitamente ao caso pombalino a metáfora da estrutura política administrativa comparada a uma máquina, que, para obter um funcionamento satisfatório, dependeria de um perfeito sincronismo entre as engrenagens. Pombal ocuparia a função de piloto, responsável pela sincronia de todas as esferas administrativas. O rei se colocava de fora, mas supervisionando as manobras do piloto. Também de fora estavam todas as demais camadas da população, pela razão de não possuírem cabedal técnico e intelectual para exercerem tal função.³⁴ Nos centros de orientação ilustrada, criou-se um conceito de administração pública profissional, embasado por forte aparato racionalista. Pombal sempre rechaçou toda e qualquer tentativa e ou iniciativa que visasse impor algum tipo de limite às suas iniciativas de governo, mesmo aquelas oriundas dos mais altos e tradicionais estratos da sociedade portuguesa. Tudo se justificaria em nome da máxima eficiência administrativa. Uma das características do ministério pombalino era o de trabalhar com homens de sua inteira confiança em cargos estratégicos. Objetivava com isso ter ao alcance de suas mãos o

³¹ BOSCHI. *Administração e administradores no Brasil pombalino*, p. 78-79.

³² No início de 1753, Sebastião José de Carvalho e Melo enviava a Gomes Freire de Andrade e outras autoridades um importante e volumoso documento no qual discutia, entre outros assuntos, o retorno às casas de fundição nas Minas em substituição ao sistema da capitação, além de vários outros temas referentes ao estabelecimento dos limites ao sul com a Colônia espanhola relacionados ao Tratado de Madri. AHU. Cx. 63. Doc. 76.

³³ RIBEIRO. *A renovação pombalina*, p. 199.

³⁴ FALCON. *A época pombalina*, p. 133.

controle dos mais importantes mecanismos ligados à administração, haja vista o exemplo de João Fernandes de Oliveira, encarregado pelo monarca para a administração do mais importante contrato de todo o reino, o da extração dos diamantes. Em 1769, João Fernandes foi obrigado a retornar a Lisboa em virtude de uma importante pendência judicial envolvendo a herança de seu pai, também disputada pela madrasta. Nos últimos momentos de vida, o seu genitor resolveu dispor da metade de seus bens em favor da madrasta, e João Fernandes não aceitou, entendendo ser o “único herdeiro do dito seu pai [...]”. Ele sabia que gozava do favor e do reconhecimento do marquês de Pombal e do próprio monarca, pois, “o senhor rei dorme em paz, prezando em João Fernandes de Oliveira um vassalo bom e útil, houve de lhe nomear naquela administração”.³⁵ E, de fato, o contratador dos diamantes e amigo pessoal do marquês de Pombal teve a demanda judicial decidida favoravelmente aos seus interesses. Para tanto, a atuação do primeiro ministro de dom José I foi decisiva.³⁶

Pombal procurou cercar-se dos seus amigos e parentes para os cargos mais importantes do reino. Empenhou-se em fortalecer o poder do Estado, bem como a figura do monarca, em detrimento de outras instituições da sociedade portuguesa, sobretudo a Igreja e a nobreza. Outra meta foi a de reformar e modernizar alguns aspectos da esfera econômica do Estado, a fim de otimizar os ganhos da Coroa.³⁷ Marca incontestada de sua ação política, Pombal não mediu esforços para defender-se de seus opositores e também atacá-los. Ao fazer uso de uma violência invulgar, combateu os setores contrários a suas medidas no seio da aristocracia, bem como de certos setores de estratos mercantis contrários ao monopólio e, ainda, ao setor hegemônico da esfera eclesiástica.³⁸ Finalmente, promoveu uma reforma na área educacional sem precedentes na história

³⁵ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p. 226.

³⁶ *Ibidem*, p. 226-229.

³⁷ VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 142.

³⁸ FALCON. *A época pombalina*. p. 374-375.

daquele reino. Em todos os segmentos que acabamos de perpassar, Pombal encontraria um “obstáculo” comum à efetivação de seus planos: a Companhia de Jesus. Pombal elegeu os jesuítas como representantes da tradição a ser combatida, e sua política chocou-se invariavelmente com os interesses da Companhia. Em sua cruzada, o ministro e seus aliados argumentavam que estavam imbuídos pelas máximas reformistas ilustradas. Nesse sentido, empreenderão um ardente combate às concepções milenaristas, às teorias corporativas de poder e aos preceitos neotomistas, vistos como retrógrados e anticientíficos.³⁹

Durante seu governo, Pombal empreendeu profunda reforma no sistema de ensino, em especial na Universidade de Coimbra, imprimindo-lhe uma orientação que privilegiava as ciências naturais e a experimentação em detrimento dos métodos empregados pelos jesuítas, enraizados numa matriz política, teológica e filosófica contrária aos interesses pombalinos. “O objetivo era formar uma elite cultural mais aberta ao pensamento racional e empírico, e disseminar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa [...]”.⁴⁰ A reforma educacional então perpetrada visava à sistemática substituição de toda a perspectiva escolástica que predominava até então nas instituições de ensino. Não por acaso as obras do jesuíta Suarez foram censuradas em Portugal durante o consulado pombalino, uma vez que os postulados do referido autor da Companhia eram amplamente aceitos e veiculados nas instituições de ensino até então.⁴¹ Uma das principais fontes de inspiração de Sebastião José de Carvalho e Melo nesta matéria foram as obras de Luis Antonio Verney, notório opositor dos métodos jesuíticos de ensino.⁴²

³⁹VILLALTA. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 94.

⁴⁰Ibidem, p. 144-145.

⁴¹BARBOZA FILHO. *Tradição e Artificio*, p. 389.

⁴²VILLALTA. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 144.

Um dos pontos que iria constituir foco de conflito entre os jesuítas e Sebastião José de Carvalho e Melo consistiu no predomínio dos primeiros no que se referia à orientação das instituições de ensino em Portugal e suas possessões. Em 1746, quando Luís Antonio Verney fez um levantamento dos saberes acadêmicos em Portugal, em seu *O Verdadeiro Método de Estudar*, chegou à conclusão de que vigorava ali um saber “velho” e ultrapassado.⁴³ Segundo Verney, Portugal era vítima de um isolamento cultural em que insistentemente se refugiava, traduzido no anticientificismo e na recusa ao Humanismo, em contraposição à persistência do aristotelismo segundo as normas da Segunda Escolástica. Os grandes responsáveis por esse “atraso” luso, segundo Verney, seriam os jesuítas, visto que controlavam o sistema educacional em Portugal desde o segundo quartel do século XVI.⁴⁴ A hegemonia da Companhia de Jesus na área educacional era um dos principais baluartes da influência e do poder gozado pelos jesuítas e um dos principais alvos do ataque do marquês de Pombal àquela instituição, principalmente na década de 1760.

No âmbito econômico, Pombal também promoveu importantes reformas: a) viabilizou reformas nas relações diplomáticas com as demais potências europeias, a fim de otimizar as negociações com Portugal; b) com o objetivo de obter melhores resultados econômicos internamente, incentivou a implementação de manufaturas; c) incentivou a vinicultura no reino, criando a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro;⁴⁵ d) procurou fortalecer os mercadores lusitanos, favorecendo-os por meio da criação de companhias privilegiadas de comércio, tais como a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia do Comércio de Pernambuco e Paraíba. Os resultados da criação das companhias de comércio foram rapidamente sentidos: em Pernambuco e Paraíba, por exemplo, no decorrer de dezoito anos os engenhos passaram

⁴³ XAVIER. *El Rei onde pode, & não onde quer*, p. 101.

⁴⁴ *Ibidem*. pp. 101-102.

⁴⁵ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 60-63.

de 80 em funcionamento para 390, fazendo as exportações aumentarem consideravelmente na região abarcada pelas duas novas companhias.⁴⁶ Nesse processo, apoiou os grandes mercadores e os membros da nova nobreza, composta por indivíduos ligados aos negócios, à burocracia e às letras, razão pela qual fatalmente entrou em linha de colisão com os membros da velha nobreza, a saber, os fidalgos ligados às antigas propriedades agrárias, defensores ferrenhos da pureza de sangue e da linhagem, e adeptos das velhas formas de governo, que vinham sendo dilapidadas por Pombal.⁴⁷ “As formulações legais no Estado pombalino eram justificadas como uma aplicação da lei natural, um sistema secularizado que era uma construção lógica na qual a razão, mais do que a fé ou o costume, definia a justiça ou a injustiça”.⁴⁸ Com base nesses princípios, Pombal suprimiu, em 1768, o puritanismo⁴⁹ e em 1773 seu governo aboliu a distinção entre cristãos-novos e cristão-velhos, dando termo a uma diferenciação extremamente cara a muitos setores da sociedade portuguesa, principalmente àqueles setores mais ligados às antigas tradições do Reino. Nesse sentido, elaborou uma política real de incorporação dos cristãos-novos à sociedade portuguesa, gesto que visava, entre outros aspectos, fomentar o comércio internamente, elemento essencial ao enriquecimento da nação.⁵⁰

Em outras palavras, teve curso em Portugal um atrito entre duas forças políticas: uma personificada no marquês de Pombal, pivô de uma série de inovações que incomodavam profundamente setores da nobreza, dos mercadores e do clero; e a do partido oposto ao pombalino, que era, em geral, apegado aos antigos costumes em voga

⁴⁶ BARBOZA FILHO. *Tradição e Artificio*, p. 381.

⁴⁷ VILLALTA. *1789-1808 O império luso brasileiro e os brasis*, p. 19. VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 143.

⁴⁸ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 116.

⁴⁹ Costume perpetrado pelas antigas casas aristocráticas portuguesas desde 1663, que, a fim de preservar a “pureza” de suas linhagens, que acreditavam estar livre de qualquer “mancha” judaica, negra ou moura, contraíam matrimônio apenas entre si. VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e as práticas de leitura*, p. 144.

⁵⁰ FURTADO. *Homens de negócio*, p. 39.

no reino e às concepções neotomistas. Pombal e seus “opositores” conviveriam em relativa tranqüilidade até meados de 1755, período em que se desencadearam violentos choques entre as partes. A Companhia de Jesus se enfileirava ao grupo a esse último grupo, por defender proposições políticas e costumes que vinham sendo atacados pelo ministro. Nem por isso é correto alinhar as ações de Pombal, sobretudo na esfera política, à vanguarda, uma vez que o mesmo tentou instalar em Portugal um governo de cunho absolutista providencialista, nos mesmos moldes da França. Para tanto, moveu todos os recursos à sua disposição, lançando mão de uma política interna extremamente violenta aos seus opositores.

O século XVIII marcou uma definitiva inversão quanto ao valor estratégico e econômico das colônias portuguesas, ganhando a América lugar de destaque. Naquele século, as finanças portuguesas passaram a ser absolutamente dependentes das remessas de ouro e diamantes das Minas, além do importante papel representado pelas exportações de açúcar, cacau, tabaco e, ainda, de uma infinidade das denominadas “drogas do sertão”. Era vital, portanto, um rigoroso controle da administração daquela colônia.⁵¹ Neste contexto, ocorreram os primeiros desentendimentos entre Pombal e os jesuítas, que até então gozavam da inteira confiança do ministro, como se pode aferir a partir das instruções políticas que ele enviou a seu irmão Francisco Xavier de Mendonça, então vice-rei do Maranhão e Grão-Pará:

Na aldeia de Cabo do Norte, que nesta instrução vos encomendo muito cuideis logo de estabelecer, e as mais, que se fizerem nos limites desse Estado, **preferireis sempre os padre da Companhia [de Jesus]**, entregando-lhes os novos estabelecimentos, não sendo em terras que expressamente estejam dadas a outras comunidades, por me constar que os ditos **padres da Companhia** são os que tratam os índios com mais caridade, e os que melhor sabem formar e conservar as aldeias, e **cuidareis, no princípio destes estabelecimentos, em evitar quanto vos for possível o poder temporal dos missionários sobre os mesmos, restringindo-o quando vos parecer conveniente.**⁵²

⁵¹ BARBOZA FILHO. *Tradição e Artifício*, p. 378-379.

⁵² INSTRUÇÕES régias e secretas para Francisco Xavier de Mendonça de Diogo de Mendonça Corte Real. 31 de maio de 1751. A autoria do documento é atribuída a Sebastião José de Carvalho e Melo, que, por questões de formalidade, não poderia oficialmente assiná-lo por não ser o secretário dos negócios

Pombal não imaginava àquela altura os obstáculos que a Companhia iria interpor a seus projetos, não só para o Grão-Pará mas para toda a América Portuguesa. Ele estava atento a uma “ameaça” que conhecia muito bem e de perto, a cobiça inglesa pelos produtos oriundos do Brasil, bem como os imensos privilégios comerciais que os mesmos tinham em Portugal.⁵³ Sempre demonstrou prudência no trato com os ingleses, que se de um lado eram nocivos à economia lusa, de outro eram importantes e tradicionais aliados políticos no pantanoso ambiente político internacional daquela conjuntura. O ministro tentou promover o equilíbrio das finanças portuguesas fazendo uma aliança com grandes mercadores estrangeiros e, principalmente, com os nacionais, criando condições que favorecessem ambas as partes, sempre tomando os devidos cuidados para não melindrar os negociantes ingleses ali instalados.⁵⁴ Externamente, a Inglaterra era o elemento que ocupou de maneira mais contundente as atenções de Pombal, ao passo que internamente o efetivo controle e exploração da América portuguesa foi a questão prioritária.

A exemplo do que já havia feito no norte e nordeste da América portuguesa, Pombal planejou criar outras duas Companhias de Comércio, uma para a Bahia e outra para o Rio de Janeiro, plano que não chegou a ser consumado devido aos protestos dos agentes comerciais ingleses, que àquela altura já haviam percebido que aquele estratagema criado por Pombal não era interessante. A impossibilidade de criar novas companhias de comércio seria um dos motivos que levaria o governo, mais tarde, tomar a iniciativa de transferir a capital do vice-reinado do Brasil para o Rio de Janeiro. Outra razão seria a preocupação com a fronteira sul da colônia portuguesa, reduto de constantes litígios com espanhóis e jesuítas desde 1750 e até antes disso. Pombal

Ultramarinos. LOPES. *O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus*, p. 396.

⁵³ Sobre este assunto, ver: MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 37-39.

⁵⁴ BARBOZA FILHO. *Tradição e Artifício*, p. 381.

entendia que uma efetiva colonização e povoação de toda aquela região era essencial ao melhor aproveitamento de todo o potencial econômico da colônia, sobretudo em suas fronteiras com a colônia espanhola. Ele estava disposto a concretizar tais planos, bem como a executar os termos do Tratado de Madrid, assinado no ano em que alcançara o posto de ministro, mesmo considerando que alguns pontos do mesmo eram desfavoráveis a Portugal.

Para o extremo sul da América portuguesa, a assinatura do Tratado de Madrid, de um lado, punha termo a uma longa disputa entre as duas Coroas ibéricas, existente desde os primeiros anos da colonização, mas, por outro, foi o estopim de um novo confronto com a Companhia de Jesus. O Tratado estipulava que o domínio da foz do rio da Prata seria da Espanha. Com isso, Portugal desocuparia definitivamente a Colônia do Sacramento. Em troca, a Espanha concordava em reconhecer as fronteiras fluviais ocidentais da América Portuguesa.⁵⁵ A aceitação de tais fronteiras, contudo, incluía o rio Uruguai, em cuja margem direita estavam situadas as majestosas Sete Missões jesuíticas, com suas imensas pastagens, o seu grande número de cabeças de gado (aproximadamente um milhão de cabeças), além de outro imenso número de indígenas convertidos ao cristianismo, que viviam sob o controle temporal e espiritual dos jesuítas. De acordo com o Tratado, aquele imenso território deveria ser evacuado, o que os jesuítas não aceitaram. A resistência impetrada pela Companhia ascendeu em Pombal a desconfiança de uma união entre jesuítas portugueses e espanhóis visando ao domínio temporal daquela parte da América. Esse evento foi da maior importância no que se refere ao futuro da Companhia de Jesus em Portugal. A suposta resistência jesuítica à execução do Tratado de Madrid, engendrando as “guerras guaraníticas”, foi um tema exaustivamente explorado por Pombal anos mais tarde com o intuito de construir uma

⁵⁵ Para mais informações acerca do Tratado de Madrid, consultar: CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol. 2.

imagem negativa da Companhia de Jesus. A respeito da visão que os próprios jesuítas tinham acerca das disposições do referido Tratado são muito elucidativas as correspondências trocadas entre os padres Pedro Lago e Antônio Galvão, ambos da Companhia de Jesus, remetidas das cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro, respectivamente. Os termos do Tratado não era bem visto pelos jesuítas, pois

No dudamos que en tiempos en que tan propicia se calla nuestra Corte a los intereses de la de Lisboa, podra esta adelantar sus proyectos hasta donde nunca jamás pudo esperar en otras circunstancias. Pero no podemos creer (si no es subrepticamente) si no pudo haber obtenido de la piedad de nuestro rey católico la ruina en el todo o en gran parte de nuestras misiones [...]. Una cosa puedo asegurar a Vuestra Reverendísima, que su Majestad católica podra traspasar al dominio portugués aquella parte de tierra que quisiere, de las que ocupan los indios de nuestras misiones; pero sus ánimos en cuanto son libres, no podra conseguir transferirlos a otro dominio [...].⁵⁶

Em resposta à carta do colega espanhol, padre Antônio Galvão faz surpreendentes relatos acerca da disposição dos jesuítas em não abrir mão do seu controle, bem como de suas posses naquela região. Primeiramente, se congratulava com o irmão de hábito pela “que temos já confirmado” de haver esvaecido e recuado as negociações entre Espanha e Portugal acerca do Tratado, “[...] porque esta **novidade** terá livrado a Vosso Padre e aos padres missionários da sua província do grande cuidado que lhes dava a alienação que em virtude do que estava tratado fazia a Coroa de Espanha à de Portugal de algumas missões que vossos padres administram”.⁵⁷

Contudo, ao que parece, os interesses dos jesuítas espanhóis e portugueses não se coadunavam em alguns pontos:

Porém, se vamos a falar a verdade, vosso Padre não olhava para a utilidade comum da Coroa de Espanha mas para as conveniências particulares da Companhia; olhava vosso padre para o que esta perdia, e não para o que aquela ganhava; olhava, finalmente, não para o que se aumentava à Monarquia de Espanha mas para o que se diminuía à **República Soberana que a Companhia, com título de Missões,**

⁵⁶ CÓPIA da carta que da cidade de Buenos Aires escreveu o padre da Companhia de Jesus Pedro Lago ao reverendo padre da Companhia de Jesus Antonio Galvão do Colégio da Colônia [do Sacramento]. 1752. In: CÓDICE Costa Matoso. p. 854-855.

⁵⁷ RESPOSTA à dita carta que no Rio de Janeiro se mandou ao dito padre. 1752. In: CÓDICE Costa Matoso. p. 858.

conservava no Paraguai, com dez milhões de rendimento, sessenta e um mil índios em campo, disciplinados por oficiais peritos que vossos padres trazem da Europa cobertos com a reupeta de Santo Inácio, mais desvelados na disciplina militar que na cristã dos índios [...]⁵⁸.

Alguns pontos destacados nesta correspondência trocada entre esses dois inicianos correspondem exatamente aos elementos aludidos anos depois por Pombal na violenta ofensiva “propagandística” que empreenderia contra os jesuítas, interna e externamente. Outro importante aspecto aludido neste trecho refere-se ao hábito, ao que parece, bastante comum à Companhia de Jesus de “absorver” elementos externos à Ordem quando tal lhe fosse útil. Adiante na mesma carta, o jesuíta português expõe os motivos pelos quais discorda da suposta oposição armada intentada pelos colegas espanhóis:

[...] todos sabemos que a aflição que vosso padre e aos seus religiosos causa a alienação dessa parte das suas missões não era zelo do espiritual, mas a ambição do temporal [...] Se não padre mestre, diga que detrimento podia padecer a cristandade dos índios nesta transição de domínio? Podia vosso padre presumir que uma nação tão religiosa e propagadora da fé como a portuguesa, que nas terras mais incultas da Ásia, África e América tem feito produzir a semente evangélica tão copiosas searas, não conservaria e aumentaria as que os jesuítas espanhóis tem cultivado nas terras de suas Missões? Faltariam, porventura, religiosos portugueses do mesmo estatuto [jesuítas] de Vosso padre que dirigissem estas Missões [...].⁵⁹

Os jesuítas do Brasil almejavam controlar as missões de seus colegas espanhóis passadas para o domínio português, tanto que o jesuíta português conclui sua missiva de maneira não amistosa, convidando o seu irmão de batina a: “tornar para onde veio, porque não são necessárias as suas representações na Corte de Madri, porque a de Lisboa, ponderando melhor as coisas, alcançou o quanto a prejudicava o presente tratado.” Em outro trecho da mesma carta, o jesuíta português dizia que “não seriam atendidas as suas razões, salvo Vosso Padre, para as fazer de peso, pusesse da sua parte os motivos que, dizem, para este efeito traz”.⁶⁰ O jesuíta português deixava transparecer

⁵⁸ Ibidem, p. 858.

⁵⁹ Ibidem, p. 859.

⁶⁰ Ibidem, p. 860.

nas entrelinhas o seu desejo de que fossem executados os desígnios oficiais, sendo com isso beneficiados os jesuítas portugueses, que, dessa forma, “herdariam” o controle e posse das missões até então controladas por seus irmãos espanhóis. A correspondência entre os referidos padres é de 1752, ano em que começou a ser executado o Tratado. É neste contexto que teria início um poderoso confronto até então sem precedentes entre os padres da Companhia de Jesus e o governo português.

Quando Pombal assumiu a Secretaria dos Assuntos Exteriores e da Guerra, em julho de 1750, já se havia chegado ao acordo quanto às demarcações de fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid. Todavia, as questões relativas à sua execução foram herdadas pelo novo governo, ocupando a maior importância durante os primeiros anos da administração pombalina. Foram estabelecidos comissários por ambas as Coroas com a finalidade de dar cabo às modificações acordadas pelas partes. Para as delimitações e modificações que se dariam na parte sul da América portuguesa, Lisboa indicou Gomes Freire de Andrade, então governador das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.⁶¹ Em suas instruções *secretíssimas*, enviadas ao emissário português executor do Tratado, Carvalho e Melo novamente demonstrava grande preocupação não apenas em executar a letra do Tratado, mas em, efetivamente, povoar a fronteira sul, para o qual seria imprescindível contar com o imenso contingente de indígenas que já povoavam aquela região. Para tanto, instruía Gomes Freire de Andrade a:

[...] estender os mesmos e outros privilégios aos Tapes, que se estabelecerem nos domínios de Sua Majestade examinando as condições que lhe fazem os padres da Companhia espanhóis, e concedendo-lhes outras a mesma imitação, que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Espanha.⁶²

É de suma importância verificar que até aquela altura dos acontecimentos não existia qualquer tipo de hostilidade ou reserva de Pombal quanto à atuação dos padres

⁶¹ MAXWEL. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 51-53.

⁶² PRIMEIRA carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a execução do Tratado preliminar de Limites, assinado em Madrid, em 1750. In: MENDONÇA. *O Marquês de Pombal e o Brasil*, p. 188.

da Companhia de Jesus, sobretudo no que dizia respeito ao aspecto moral e religioso da Ordem. Contudo, é nítido o interesse de Pombal em destituir dos jesuítas o controle temporal que eles exerciam sobre os índios, no sul e no norte da América portuguesa. Pombal demonstra as mesmas preocupações nas instruções passadas a seu irmão, vice-rei do Maranhão e Grão-Pará, comissário de Portugal na execução das determinações do Tratado de Madrid nas fronteiras ao norte das duas Coroas.

Até o momento em que o processo colonizador era também entendido como missão evangelizadora, os reis portugueses não colocaram nenhum tipo de obstáculo à forte ação missionária empreendida por jesuítas ou outros religiosos de outras ordens. Pelo contrário, as Coroas ibéricas entendiam tal tarefa enquanto uma de suas funções, contribuindo de maneira decisiva para que ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, sustentassem tamanho poder e influência nas colônias e no reino. Pombal não visava romper os laços com a Igreja, mas colocá-la sob a tutela do Estado. Ao destituir os jesuítas do controle temporal dos índios, Pombal quebrava um forte elo entre o governo e a Ordem, subvertendo a tradição até então vigente. As considerações do governo pombalino quanto à atuação dos jesuítas nas regiões de fronteira foram bastante pragmáticas e eivadas de “um robusto realismo: só havia possibilidade de criar uma população abundante e autóctone pela quebra de qualquer barreira racial e institucional na Colônia, como eram as missões religiosas jesuíticas”.⁶³ A salvação das almas dos indígenas não era a principal prioridade do governo pombalino (não que tal questão fosse insignificante); o fato é que a “europeização” dos indígenas constituía passo essencial para a concretização dos planos econômicos e políticos do governo reformista ilustrado, que pretendia povoar as fronteiras, ampliando as possibilidades econômicas daquelas vastas áreas. O controle temporal exercido pelos inicianos, contudo, não estava nos planos pombalinos.

⁶³ BARBOZA FILHO. *Tradição e Artificio*, p. 386.

Os anos que se seguiram ao início dos trabalhos visando à execução do Tratado de Madrid foram marcados por confrontos, em que os ameríndios, liderados pelos padres da Companhia de Jesus, resistiram tenazmente à evacuação dos territórios ali ocupado há muitas gerações por índios e jesuítas. Somente em 1756 é que os espanhóis e os portugueses lograram êxito em seu intento.⁶⁴ Esse episódio, bem como outros eventos que tiveram como palco os domínios portugueses, deixaria claro para o marquês de Pombal que, onde quer que se encontrassem os padres da Companhia de Jesus, encontraria também o governo pertinaz resistências a quaisquer desígnios imperiais.⁶⁵ Os jesuítas representavam elemento altamente complicador à política reformista ilustrada, um entrave à administração da colônia. A Companhia não estava preparada para acatar as profundas alterações da ordem vigente, atada a uma outra concepção de Estado, em que não seriam admitidas ações tirânicas por parte do soberano. Do ponto de vista da Companhia de Jesus, o governo reformista ilustrado português representava um grande entrave a suas atividades, isso entendido em todos os aspectos. Os jesuítas possuíam muitos inimigos, dentro e fora da Igreja, mas certamente poucos foram tão tenazes como o governo pombalino.

Os conflitos envolvendo os jesuítas não foram menos agudos em outras partes da América portuguesa. A recém-constituída capitania do Mato-Grosso fazia divisa com a província jesuítica do Paraguai, coordenada por padres de origem espanhola. No ano de 1749, ocorreram alguns conflitos nas imediações do rio Guaporé, onde alguns anos antes os jesuítas haviam instalado uma nova missão, denominada “Santa Rosa”. Segundo notícias dos portugueses, a mesma se estabelecera naquela região para impedir que os mineradores lusos pudessem descer de canoa o dito curso fluvial, ameaçando outras reduções rio abaixo. À medida que o tempo corria, o clima ficava cada vez mais

⁶⁴ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 51-54.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 55.

tenso entre ambos os partidos. Já no reinado de dom José I constatou-se que, na realidade, mais do que impedir excursões indesejadas aos “seus territórios”, o avanço territorial promovido pelos jesuítas paraguaios denotava uma significativa alteração na ocupação política daquelas vastas regiões. Segundo Tiago Miranda, “até a alguns anos os índios sob a influencias dos jesuítas não haviam conhecido obstáculo ao livre ingresso na margem oriental do Guaporé, onde podiam recolher grandes quantidades de cacau para comercializar através do Peru”.⁶⁶ A partir de 1730, essa atividade começara a ficar cada vez mais difícil, em virtude da chegada dos portugueses. Mesmo após a assinatura do Tratado de Madrid, que garantia a Portugal as terras a leste do Guaporé, não cessariam os problemas com os padres jesuítas, também naquela região.⁶⁷

Passar os primeiros anos à frente de um dos mais importantes cargos da administração portuguesa permitiu que Pombal constatasse uma nova face da Companhia de Jesus, que fazia então pesada oposição aos desígnios políticos e econômicos do Estado reformista ilustrado. Provavelmente não seria exatamente uma novidade tal comportamento dos jesuítas aos olhos de Pombal, levando-se em consideração os anos passados na Inglaterra, uma vez que aqueles padres estavam ali envolvidos em numerosos conflitos e rebeliões de natureza religiosa e política. Segundo Pombal, o envolvimento e as atividades da Companhia de Jesus na América portuguesa não se resumiam à difusão do cristianismo e da fé católica entre índios e colonos. Os jesuítas possuíam vários negócios, alguns deles escusos, como o vultoso contrabando para a Europa em navios da Ordem.⁶⁸ As drogas do sertão seriam dos gêneros mais contrabandeados. Uma das razões da criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará foi para neutralizar, ou pelo menos frear, essas práticas perpetradas pelos

⁶⁶ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 167.

⁶⁷ Para mais informações sobre os conflitos com os jesuítas no Mato Grosso, consultar: MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 164-168.

⁶⁸ Estudos recentes, como o de Paulo de Assunção: *Negócios jesuíticos*, têm demonstrado o poderio econômico da Companhia no Império português, corroborando a análise pombalina quanto a este aspecto. Os jesuítas eram um obstáculo aos desígnios imperiais orquestrados pelo governo reformista ilustrado.

jesuítas. Estes fatos foram trazidos à tona pelo irmão de Pombal, então à frente do vice-reinado do Maranhão e Grão-Pará.

Tanto quanto a ação pombalina, igualmente violenta foi a contrapartida dos jesuítas, bem como dos demais setores da sociedade que se sentiam lesados com as medidas da administração reformista ilustrada. Parte dos comerciantes portugueses estava entre os lesados pelas reformas de Pombal. Em resposta à criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, foi dinamizada em Lisboa a *Mesa do Bem Comum*, uma tradicional associação comercial, estabelecida inicialmente na década de 1720 e revitalizada naquele contexto, contando com contundente apoio dos jesuítas no reino. O intuito da Mesa do Bem Comum era claro: atacar a Companhia de Comércio. Foi o que os jesuítas fizeram em uma audiência pública com o rei, antes do terremoto de 1755.⁶⁹ Enquanto isso:

[...] do púlpito da basílica de Santa Maria Maior, em Lisboa, o jesuíta Manuel Ballester desfechou um ataque veemente ao monopólio, proclamando que ‘aquele que dela fizer parte não estará na Companhia de Cristo, nosso senhor.’⁷⁰

Ficava claro que as medidas impostas por Pombal no campo econômico incomodavam, e muito, a Companhia de Jesus. Vejamos o relato de padre Anselmo Eckart, jesuíta que atuou no norte da América Portuguesa, em sua obra intitulada *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, escrita após mais de vinte anos de prisão nas masmorras portuguesas. O jesuíta confirmava em seu relato que, de fato, sua Ordem religiosa possuía na cidade de Lisboa um depósito de mercadorias, “que as vezes faziam de moeda”.⁷¹ Vendiam os produtos de suas terras, como fazia qualquer particular. Ainda segundo o padre, o produto de suas vendas era empregado em suas missões na América, já que não possuíam outros recursos.⁷² Um fato era inquestionável:

⁶⁹ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 69-72.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 70.

⁷¹ ECKART. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, p. 50.

⁷² *Ibidem*. p. 50.

os jesuítas movimentavam imensa quantidade de recursos financeiros àquele tempo, contando com uma imensa fortuna. Quanto ao possível questionamento a respeito de serem tais recursos apenas suficientes à subsistência da Ordem, ou, ainda, se tinham eles uma receita “maior” do que o total de suas despesas, parece-nos que a segunda hipótese é mais razoável, pelo menos se levarmos em conta o poderio financeiro da Companhia, aliado ao aumento constante e abrupto de seu patrimônio em domínios portugueses ao longo dos anos.⁷³

Os domínios jesuíticos estendiam-se do Amazonas à foz do rio da Prata, literalmente no “caminho” estabelecido pelo governo reformista ilustrado. O domínio temporal do gentio também era considerado outro entrave aos desígnios de Pombal, uma vez que os nativos seguiam as ordens dos padres da Companhia. Com vistas a minimizar os inconvenientes criados pela Companhia, Pombal agiu rápida e energicamente, suprimindo o poder temporal dos inacianos sobre os índios ali instalados, restituindo aquilo que ele chamou de “a liberdade dos índios”. A sua intenção ao eliminar a autoridade temporal dos padres jesuítas sobre os indígenas era clara: diminuir o poderio daqueles regulares, bem como proporcionar uma melhor e efetiva colonização das regiões de fronteira, incentivando os enlaces matrimoniais entre os nativos e os demais vassallos do rei. Apesar da cordialidade que marcou a relação inicial entre os jesuítas e Pombal ao longo de sua ascensão política, não tardou até que o ministro e aqueles mais próximos a si constatassem os desmandos e diversos inconvenientes causados àquele governo pelos membros da Companhia de Jesus. Pombal constatara, por intermédio de seus subordinados espalhados pelas mais diversas regiões da América portuguesa, que aqueles padres “vinham realizando negociações que não eram decentes aos clérigos”, ordenando os índios que se embrenhassem pelos sertões à busca das drogas que eram então comercializadas pelos padres. Pombal

⁷³ Ver: ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*.

também acusava os jesuítas de utilizar a mão de obra indígena em outros empregos temporais de interesse comercial da Companhia de Jesus.⁷⁴ O emprego ilícito da mão-de-obra indígena perpetrada pelos jesuítas levou dom José I a emitir uma lei, poucos meses antes do terremoto de 1755, ordenando o imediato cumprimento da Bula Pontificia de 20 de dezembro de 1741, que dispunha sobre a liberdade dos índios. Segundo as disposições do rei, os mesmos deveriam ser livrados imediatamente de qualquer grilhão que tolhesse de alguma maneira sua liberdade.⁷⁵

Aliado a tudo que já foi dito, os jesuítas ainda eram os sustentáculos das teorias políticas corporativas, idéias que não se coadunavam com a postura regalista e absolutista que caracterizariam o reinado de dom José I. Apesar de não se chocarem frontalmente com os governos de tipo absolutistas, as concepções corporativas de poder não contemplavam nem aceitavam posturas consideradas por eles tirânicas da parte dos monarcas. Pombal, por sua vez, promoveu uma intensa centralização política, procurando controlar os setores insubmissos da nobreza portuguesa, assim como a Igreja. Defendia um absolutismo de cunho providencialista, segundo o qual o poder do rei tinha suas fontes diretamente ligadas à divindade, descartando, portanto todo e qualquer limite imposto pela sociedade e ou pela Igreja ao seu poder. O governo de dom José I procurou, sob alguns pontos, colocar Portugal em sintonia com as demais potências do centro da Europa, nas quais o providencialismo já predominava enquanto “paradigma” político desde o século anterior.⁷⁶ A partir das orientações reformista ilustradas implementadas pelo gabinete pombalino em Portugal, o Estado se imporia como nunca antes visto naquele reino. Tais princípios careciam, no entanto, de uma sistematização teórica em Portugal. Um dos principais arquitetos intelectuais dessa

⁷⁴ PONTOS, principais a que se reduzem os abusos, com que os religiosos da Companhia de Jesus têm usurpado os domínios da América Portuguesa e Hespanhola. BNL códice 1601, p. 99-103. *apud* ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*. p. 19.

⁷⁵ MAXWELL. *Marquês de Pombal: paradoxo de iluminismo*, p. 59-60.

⁷⁶ HESPANHA. XAVIER. *A arquitetura dos poderes*, p. 124-126. VILLALTA. *Reformismo ilustrado censura e práticas de leitura*, p. 146.

empreitada intelectual foi o oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo, humanista de grande destaque naquele reino, colaborador de Pombal desde os primeiros tempos no gabinete pombalino, tendo publicado sob os auspícios do ministro uma série obras de cunho político e pedagógico.⁷⁷

Os princípios políticos apregoados e defendidos pela Companhia de Jesus representavam uma negação do ideário político reformista ilustrado que vinha sendo implementado por Pombal e seus comandados, ao mesmo tempo em que simbolizavam a tradição política portuguesa até então em vigência.⁷⁸ Sendo os jesuítas os principais propagadores de tais idéias e princípios, e levando em consideração que os mesmos dominavam as instituições educacionais em Portugal, além de todas as questões de cunho econômico e estratégico já mencionadas, a Companhia de Jesus estava invariavelmente em rota de colisão com a poderosa máquina pombalina.⁷⁹

Eficiente e bem estruturada, a Companhia de Jesus incomodava Carvalho e Melo em todos os níveis: obstruía os seus objetivos, entre os quais o de povoar a colônia, principalmente suas fronteiras, onde os inacianos controlavam quase toda a população ameríndia em suas reduções; não pagava impostos à Coroa; e a concorrência propiciada pelo seu comércio inibia os pequenos comerciantes e agricultores, assim como o poderio da Coroa, pois era uma instituição praticamente autônoma, dispensando qualquer tipo de autoridade civil e militar em suas estruturas. Além disso, os padres da Companhia gozavam de imenso prestígio naquela sociedade, baluartes da cultura portuguesa, confesores e pregadores de imensa parte da população. Desfrutavam, enfim, de imensa autoridade num universo onde eram tão significativos ainda os preceitos da Igreja tridentina.

⁷⁷ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 40-41. Para mais detalhes acerca da produção intelectual do oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo, consultar a obra ora citada.

⁷⁸ As teorias políticas corporativas de poder não eram uma negação da centralização do poder sob a égide do rei, contudo impunham limites à esfera de atuação do mesmo. Consultar, entre outros: VILLALTA *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 147.

⁷⁹ VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 147-148.

Meses antes do terremoto de Lisboa de 1755, o rei de Portugal remeteu uma carta aos maiores da Companhia de Jesus naquele reino, repreendendo a ação dos jesuítas, atribuindo-lhes

[...] ingerência nos negócios políticos, e nos interesses temporais, e mercantis; para que livres da corrupção da cobiça do governo da Corte, da aquisição de fazendas, dos interesses do comércio, das usuras dos câmbios, e dos mais bens das terras, sirvam a Deus, aproveitem ao próximo, como verdadeiros imitadores da heróicas virtudes do grande e glorioso Santo Inácio, São Francisco Xavier e São Francisco de Borja.⁸⁰

O discurso da Coroa naquela ocasião ainda mostrava-se relativamente ameno, tendo em vista o que se anunciaria após o terremoto. Segundo o ponto de vista da Coroa, contudo, estava claro o forte envolvimento dos jesuítas em questões que a princípio não deveriam constituir as maiores preocupações de religiosos que efetivamente zelassem pelo bem espiritual do rebanho de cristo.

A partir de episódios como a “guerra guaranítica”, Pombal promoveu uma sistemática propaganda antijesuítica em Portugal e em toda a Europa. A disseminação de toda a ordem de libelos antijesuíticos foi um expediente largamente empreendido por ele para amealhar para o seu lado a opinião e o apoio dos mais variados setores e extratos daquela sociedade. Esse “movimento antijesuítico” terá lugar após um evento que mudaria para sempre o destino de Portugal: o terremoto de Lisboa de 1755, evento que abalaria as estruturas físicas e materiais, mas reverberando também as estruturas políticas, sociais e culturais do mundo português.

2.2 O terremoto de Lisboa de 1755: o confronto se acirra

Contam os relatos que o dia 1º de novembro de 1755 amanheceu agradável, com o céu azul e com uma temperatura amena. As ruas se encontravam relativamente cheias, devido às celebrações religiosas. As pessoas dirigiam-se às igrejas. Aquela era uma boa

⁸⁰ IANTT Livro da Consciência e Ordens nº 311. doc. nº 5. *apud* ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*, p. 20.

ocasião para o pagamento de promessas, bem como para o pleito de novas graças; por isso, as velas se acenderam nas bases dos altares. Parecia ser um dia normal, até que, no meio da manhã, fez-se sentir em Lisboa uma suave trepidação:

[...] aumentando gradualmente com um barulho precipitado, como o som de carruagens conduzidas com violência a alguma distância. Os que moravam na região viram os quadros estremecer nas paredes e sentiram balançar os alicerces de suas casas. Em meio às primeiras manifestações de pânico, alguns compreenderam que se tratava de um tremor de terra. [...] Minuto e meio de terror. Após curto intervalo, sucederam dois tremores ainda mais fortes. Acredita-se que sua intensidade chegou a nove pontos na escala Richter [...]. A abertura de fendas na terra e a queda de construções alimentou uma nuvem de poeira que logo escureceu o dia. Ao mesmo tempo, por toda a cidade, começaram-se a sentir vapores sulfurosos [...]. Minutos depois do último grande tremor, o fogo irrompeu pelos escombros e a situação tornou-se ainda mais difícil. Juntamente com as desordens da terra, do ar e do fogo, sobrevieram as das águas, pelo Tejo [...] revirou-se o leito do rio, engolindo as embarcações menos resistentes, e parte da multidão que procurara escapar à derrocada das moradias.⁸¹

Os abalos foram sentidos em quase toda a Europa, com maior ou menor intensidade, de acordo com a proximidade do epicentro do terremoto, localizado nas cercanias de Lisboa, provavelmente no mar. As localidades próximas a Lisboa também sofreram baixas humanas e materiais bastante significativas. Maremotos geraram prejuízos e estragos em toda a península ibérica, chegando mesmo a atingir o litoral de outras regiões da Europa. O tremor foi sentido em Madri naquela manhã de novembro, danificando vários prédios e causando a morte de duas crianças.⁸² O norte da África também foi seriamente afetado, sobretudo Marrocos, onde só na cidade de Fez imaginase tenham sido ceifadas algo em torno de dez mil vidas.⁸³

Em Lisboa, os abalos sísmicos alcançaram as dimensões de uma terrível catástrofe. Os incêndios que sucederam aos tremores consumiram a cidade ao longo de seis dias e devastaram algumas de suas maiores riquezas. Somente três mil das aproximadamente quinze mil residências de Lisboa permaneceram “habitáveis” após a

⁸¹ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 178-180. Para mais detalhes acerca do terremoto de 1755, sob vários aspectos, ver: DEL PRIORE. *O mal sobre a terra: uma História do terremoto de Lisboa*. 2003.

⁸² MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 180-181.

⁸³ *Ibidem*, p. 182.

catástrofe.⁸⁴ Os prejuízos dos comerciantes locais e estrangeiros alcançaram cifras vultuosas, levando muitos à ruína completa. O total das baixas humanas é muito controverso. À época, todos acreditavam que o número de mortos chegara a quarenta mil, se bem que o número real deva ter beirado as quinze mil vítimas.⁸⁵

Atordado e atemorizado, o rei depositou completa autoridade nas mãos do único de seus ministros que demonstrava atitude e capacidade para lidar com aquela terrível catástrofe: o marquês de Pombal.⁸⁶ Não se pretende afirmar que o domínio político das idéias de Pombal tenham se dado somente após o terremoto. Ao contrário, antes da catástrofe, ele já governava com certa autonomia, procurando sempre resolver os impasses à sua maneira.⁸⁷ Aturdido e desesperado, Diogo de Mendonça, o outro ministro de Estado, fugiu da cidade, enquanto que as demais autoridades vacilavam diante daquela difícil conjuntura, esquivando-se.⁸⁸ Graças a sua ação ante aquele quadro de terror, Pombal ganharia definitivamente a confiança do rei, fato que seria atestado um ano após o terremoto: uma conspiração no seio da corte intentou derrubar Pombal, que teve completo e irrestrito apoio do monarca. Como seria de se esperar, foi árdua a labuta. O ministro despachou decretos no próprio dia do terremoto. Cuidou do sepultamento dos mortos e do tratamento dos feridos; procurou meios de impedir a fuga dos sobreviventes, punindo com execução sumária os responsáveis por latrocínios e saques; proibiu as especulações em torno dos produtos de primeira necessidade; amealhou recursos dentro e fora do reino; e proibiu quaisquer reconstruções antes da conclusão da Planta Geral da nova cidade, a cargo de Manuel da Maia, engenheiro-mor do rei.⁸⁹ A nova cidade se caracterizaria pela funcionalidade, austeridade e equilíbrio. A Lisboa reconstruída estaria próxima do que hoje poderíamos chamar de “sonhos

⁸⁴ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 24.

⁸⁵ *Ibidem*. p. 24.

⁸⁶ *Ibidem*. p. 24.

⁸⁷ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 94.

⁸⁸ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 33.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 31-33.

iluminados da razão prática”.⁹⁰ O reformista ilustrado Ribeiro Sanches contribuiu com um longo e prático tratado acerca da saúde pública, recomendando que as novas edificações fossem salubres e bem ventiladas. Também reviu as teorias sobre os terremotos em voga no reino e no Além Pirineus, constatando que os tremores de terra eram, nítida e certamente, eventos naturais.⁹¹ Mas aquela não era a visão predominante entre os portugueses.

As desordens da natureza soaram a muitas mentes lusitanas como manifestações de caráter sobrenatural. Ler em cada fenômeno as evidências e as orientações do Divino Mestre, captando e acatando os seus ensinamentos e seus possíveis sinais, era um costume cultivado há séculos pela maior parte da população. Eventos como o terremoto de 1755 também poderiam ser compreendidos como indícios da insatisfação divina: “numa aparente reedição de alguns episódios do Antigo Testamento [...]”.⁹² Leituras deste feitio eram naturais em Portugal.

Tanto em Portugal como no estrangeiro o tremor de terra que desabou com toda a fúria sobre os lisboetas desencadeou uma expressiva efervescência religiosa:

Depois dos primeiros tremores, muitos dos habitantes de Lisboa abandonaram as Igrejas onde rezavam, ainda carregando nas mãos terços e rosários. Outros procuravam salvar relíquias, cruzes e imagens dos santos de maior devoção. As preces da missa, bruscamente interrompidas pelo desastre, logo deram lugar a novas orações, rezadas com ardor redobrado, em meio a pungentes clamores de misericórdia.⁹³

Conta um britânico que viu passar por entre a multidão um “velho e venerável padre, com sua estola e sobrepeliz”, que acabara de escapar de uma igreja em ruínas

[...] andava incessantemente de um lado para o outro entre as pessoas, exortando-as ao arrependimento e tentando confortá-las. Dizia-lhes, chorando copiosamente, que Deus estava profundamente ofendido com os seus pecados, mas se implorassem à Virgem Maria ela intercederia por eles.⁹⁴

⁹⁰ Ibidem, p. 36.

⁹¹ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 26.

⁹² MIRANDA. *Ervas de Ruim qualidade*, p. 188.

⁹³ Esses relatos estão igualmente embasados em depoimentos da época. *apud* MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 188-189.

⁹⁴ Ibidem. p. 189.

Sendo aquele o momento em que a maior parte dos fiéis dava vazão a suas devoções, pois o dia tornava necessário (Dia de Todos os Santos) visitar muitos altares, estando assim repletas todas as igrejas. Foram raros os templos que se mantiveram intactos após o tremor de terras.⁹⁵ Tal fato reforçava as teses daqueles setores da sociedade que entendiam a catástrofe como fruto da “ira divina”. Abatidos e desarmados diante de um evento explicado como sendo manifestação da providencia de Deus, muitos portugueses (a maior parte) e muitos europeus entendiam ser tais calamidades castigo, avisos e provas de que não andava bem a vida política e religiosa do reino. Para grande parte da população portuguesa setecentista o terremoto foi entendido como a manifestação da insatisfação divina. Os padres da Companhia de Jesus estavam entre os principais propagadores dessas idéias. A “terrível” catástrofe fora precedida de outros avisos, tal como grandes fomes e fortes enchentes que haviam assolado o reino nos anos precedentes.⁹⁶ A fome, bem como as catástrofes naturais eram interpretadas como claros sinais do descontentamento de Deus.⁹⁷ Uma parcela da população, alinhada às proposições caras às ciências naturais, geralmente ligada à vertente reformista ilustrada que compunha o governo, defendia a tese de que aquele “lastimável” evento não estava ligado à cólera de Deus, não passando de mero acidente natural. Mesmo a inquisição, no processo de Malagrida, recusou-se a ver no terremoto razões de cunho providencialista, visto que entendia serem os desígnios de Deus insondáveis. Por essa razão, também defendeu que as causas do terremoto eram naturais.

Segundo os jesuítas, a “reconciliação” com a Divindade exigia muitos sacrifícios e penitências. Não bastava, como acreditavam os reformistas ilustrados, enterrar os

⁹⁵ DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 123.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 182.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 183.

mortos e trabalhar na desobstrução das ruas e reconstrução da cidade; era preciso mais: mortificar o corpo e elevar o espírito. “Logo, não era para esperar que (em tais dias) houvesse quem não humilhasse a cabeça à poderosa mão do senhor indignado [...]”.⁹⁸ Tal sentimento era patente tanto nas camadas mais populares como nas mais abastadas. Por todo o reino, de acordo com um ritual pedagógico instituído pelo Concílio de Trento, foram determinadas pelas autoridades eclesiásticas, logo após o terremoto, preces e outras manifestações de furor religioso para aplacar a cólera de Deus, tão “justamente” transtornado “com os pecados dos homens”.⁹⁹ Em Coimbra, até o reitor da Universidade saiu em procissão, acompanhado por todos os seus professores, “todos descalços, com cordas ao pescoço e Coroas de espinhos à cabeça, cheios de modéstia e caridade”.¹⁰⁰ Em suma, o clima após o terremoto era de vertiginosa religiosidade e “misticismo”. Os padres inicianos foram os maiores propagadores de tais interpretações e sentimentos, diante de uma população atônita, mas não estavam sozinhos, naturalmente. Se nos setores ilustrados do poder a contestação a tais interpretações promovidas pelos jesuítas era grande, o mesmo não se dava com os populares e os setores mais conservadores da sociedade, ligados às velhas e arraigadas tradições religiosas e políticas.¹⁰¹

Pombal entendia ser este clima altamente desfavorável aos interesses do Estado, pois tais murmurações só faziam aquebrantar o ânimo e a disposição dos vassalos de Sua Majestade. Em missiva passada ao cardeal de Lisboa, Pombal pedia a interferência da autoridade religiosa no sentido a proibir as exortações públicas, que, sem qualquer tipo de licença legal, vinham fazendo alguns religiosos seculares e regulares em prejuízo aos interesses do Estado. O ministro temia que o teor apocalíptico das referidas

⁹⁸ Ibidem, p. 189.

⁹⁹ Ibidem, p. 199.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 233.

¹⁰¹ FRANCO. *Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus*, p. 236.

exortações consternasse ainda mais a já sofrida população, aniquilando todas as suas forças e ânimo, e afugentando-a para “lugares desertos”.¹⁰² O clima de medo e exacerbação religiosa não era favorável a Pombal, momento de vulnerabilidade que não passou despercebido por seus oponentes políticos e demais críticos. Apesar do apoio e da confiança até então demonstrados por dom José I, não eram poucos os seus opositores, dentre os quais alguns homens muito poderosos, compreendendo membros da elite eclesiástica e da alta nobreza lusitana, entre outros. No que se refere aos embates entre o marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, acentuados após o terremoto, seria branda a palavra *oposição*, que não dá conta de todas as nuances envolvidas naquele que foi, talvez, o mais estrondoso conflito institucional do reino português durante o século XVIII. Pombal representou como poucos o antijesuitismo, mesmo tendo sido os jesuítas peças importantes no que se refere à sua ascensão política quando de seu retorno da embaixada austríaca.

Tomava corpo no interior da corte, alguns meses após o terremoto, uma conspiração que tinha por finalidade derrubar Pombal. Dom José I, em consonância com a maioria de seus súditos, também havia mergulhado no clima de imensa devoção que envolvia Portugal. Ele se recusava a abandonar as “barracas reais” instaladas logo após o terremoto, com receio de que Deus decidisse fazer ruir os muros em sua “Real” cabeça. A essa altura, dois padres barbadinhos italianos se acercaram da Família Real, presidindo uma verdadeira missão, exercícios espirituais, ladainhas e homilias.¹⁰³ Pombal era mal quisto por um grupo pertencente à mais alta nobreza portuguesa, alguns dos quais alijados dos cargos mais importantes da administração do Estado, quase sempre em detrimento de elementos sem “estirpe”. O ministro também não agradava a parte dos grandes comerciantes instalados em Lisboa, em virtude de políticas

¹⁰² DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 199.

¹⁰³ RIBEIRO. *A Renovação Pombalina*, p. 206.

desfavoráveis e eles empreendidas pelo gabinete reformista ilustrado. Como também já se revelava, os jesuítas e alguns outros setores da Igreja também não estavam contentes com as diretrizes do governo. A conjura foi fomentada a partir de setores do alto escalão do governo. Diogo de Mendonça, também ministro de Estado, aproveitando o momento propício, articulava juntamente com outros nobres, uma ação que visava derrubar Pombal, que a cada dia amealhava maiores poderes para si.¹⁰⁴ A conjura também envolveu o desembargador Antônio da Costa Freire e contou com a anuência do duque de Lafões, do duque de Aveiro e dos marqueses de Anjeja e Marialva, que eram grandes amigos e íntimos do rei. A denominação de *Junta da Providência* manifestava o caráter salvador e religioso da coligação, deixando também entrever o clima escatológico e milenarista que pairava sobre a Corte.¹⁰⁵

Os “conjurados” compuseram um libelo que tinha por intenção esclarecer o monarca quanto aos impropérios cometidos por Carvalho e Melo enquanto administrador do Estado. Parecia a conspiração bem encaminhada e prestes a frutificar quando, de súbito, Pombal expediu mandados de prisão contra todos os principais envolvidos, que foram prontamente degredados e declarados “impostores, traidores e sediciosos”.¹⁰⁶ O episódio deu mostras claras de que Pombal gozava de grande prestígio e total confiança do monarca, que, mesmo pressionado por setores da alta nobreza e do clero, não consentiu com os planos dos conspiradores, respaldando a repressão aos mesmos imposta por seu ministro. Ao contrário do que previam seus opositores, Pombal saiu extremamente fortalecido politicamente desse episódio.

Segundo Pombal, mediante a manipulação da fé dos fiéis engendrada por certos setores da Igreja, dentre os quais a Companhia de Jesus, os populares se tornavam presa

¹⁰⁴ Ibidem, p. 207.

¹⁰⁵ DEL PRIORI. *O mal sobre a terra*, p. 218-219.

¹⁰⁶ Para mais informações acerca dessa tentativa de conjura que visava destituir Pombal de seu cargo, ver: DEL PRIORI. *O mal sobre a terra*. e ainda: RIBEIRO. *A renovação Pombalina*.

fácil de perniciosas demonstrações de arroubo religioso. Tais elementos conjugados constituíam sempre força perigosa e que engendrava críticas e sedição contra o governo temporal. A partir dessa tentativa de conjura e de todos os acontecimentos em oposição ao governo que se deram em decorrência das interpretações místicas acerca do terremoto, Pombal empreendeu um sistemático combate a todo tipo de misticismo associado às crendices populares, processo que foi se apurando com o passar dos anos e que daria origem a uma verdadeira máquina propagandística orquestrada pelo gabinete pombalino. Pombal combateu com firmeza todo tipo de “fanatismo”, fato que o levou a enfrentar, mais tarde, os chamados “beatos”, “jacobeus” e os jesuítas em todos os casos sob a acusação de “arruinar os povos com pretexto de piedade”.¹⁰⁷ Mais tarde, Pombal associaria toda manifestação de “fanatismo” religioso à ação “perniciosa” dos padres da Companhia.

É oportuno mencionar outros traços da religiosidade portuguesa relacionados aos jesuítas naquele período. Refere-se aqui à ação dos *jacobeus* e dos *sigilistas*, bastante comum em Portugal durante o século XVIII.¹⁰⁸ A ação dos *jacobeus* teve seu início no alvorecer do século XVIII em Portugal, sendo relacionada comumente aos jesuítas, embora também fosse abraçada por outras ordens religiosas, e mesmo, por padres seculares. “Este movimento religioso visava a impor não só aos religiosos mas também aos seculares, como indispensável meio de salvação, um ideal superior de vida espiritual, ascético e místico, chamado a “vida beata”.¹⁰⁹ Essas práticas estariam muito ligadas aos “exercícios espirituais” propostos por Inácio de Loyola àqueles que viessem a integrar a Companhia de Jesus.¹¹⁰ Os *jacobeus* eram fortemente imbuídos por um espírito de apostolado e propaganda, pois acreditavam que naquelas práticas estariam

¹⁰⁷ DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 216-217.

¹⁰⁸ OLIVEIRA. *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII*, p. 281.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 284 e 293-294.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 288.

depositadas as esperanças de purificar a sociedade portuguesa, tão fortemente marcada pelo erro e por imensas “ofensas” a Deus.¹¹¹ O efeito sedicioso da prática dos *jacobeus*, aos olhos dos reformistas ilustrados, consistia no modo como eles se utilizavam dos principais instrumentos que a Igreja punha ao dispor dos eclesiásticos para fazer emendar os cristãos, a confissão e o sacramento da penitência. A confissão significava para os *jacobeus*,

pode dizer-se, o instrumento de uma absorção total das almas: de um dirigismo totalitário da personalidade do homem. Mais do que um simples meio de alcançar o perdão dos pecados, era meio para dominar e orientar todos os atos, pensamentos e afetos do coração humano. A alma “dirigida”, diziam os seus livros, devia obrigar-se, como por “contrato oneroso”, a uma obediência cega ao seu diretor, entregando-se-lhe com suma fidelidade na observância dos seus conselhos.¹¹²

Segundo os *jacobeus*, todo cristão verdadeiramente desejoso de servir ao Pai Maior deveria possuir um “diretor” espiritual, a quem tudo seguisse e fosse fiel. Eram comuns durante o século XVIII designações como “pai espiritual”, “diretor espiritual” e “filho espiritual”. As palavras a seguir, proferidas pelo jesuíta Gabriel Malagrida em carta endereçada ao papa, atestam as afirmações formuladas por Pombal, que atribuía aos jesuítas a ação que constituía uma prática dos *jacobeus*:

[...] A que atribuir a culpa desta tão horrível tragédia? A Sua Majestade Fidelíssima? Mas, este augusto filho dos piedosíssimos Reis, dom João e dona Mariana de Áustria, foi educado com todo o esmero nos sãos princípios de um príncipe religioso, cuidadosamente formado pelos padres da Companhia e dócil aos seus conselhos, **como diretores que eram de sua consciência**. É forçoso, portanto, procurar em outros a causa de tão nefasta tempestade.¹¹³

Como mencionou o padre Malagrida, os jesuítas tinham sido sempre os diretores espirituais da Família Real portuguesa. Tais termos e práticas eram comuns e normais para os jesuítas no século XVIII, sendo diretores espirituais de grande parcela da população. Quando da proibição imposta aos padres jesuítas de exercer os seus ministérios apostólicos, incluindo-se aí a confissão, o padre jesuíta Samuel Eckart

¹¹¹ Ibidem, p. 296-297.

¹¹² Ibidem, p. 298.

¹¹³ Eckart reproduziu a carta de seu amigo Malagrida em sua obra. ECKART. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, p. 50-51. [grifo meu]

lamentou profundamente tal atitude, comunicada a ele por seu amigo o padre Malagrida, então exilado no Colégio de Setúbal:

Li uma carta cheia de zelo apostólico, que ele tinha escrito a respeito deste assunto. Nela descrevia a tristeza que se apoderou de todos naquela casa, a perturbação e as dolorosas e acerbadas queixas daquela gente. Muitos estavam ali a espera dos padres, **seus diretores espirituais**, naquele dia que era a festa de Santo Antonio, dia solene em Lisboa (sua terra natal), em todo o Patriarcado e em muitas outras dioceses.¹¹⁴

O *sigilismo*, por sua vez, constituía uma prática pela qual os confessores quebravam o sigilo confessional das informações colhidas em confissão, utilizando-se delas de acordo com os “interesses” políticos e econômicos da Ordem.¹¹⁵ De acordo com os *jacobeus*, a prática empreendida por eles visava unicamente reformar e fortalecer os hábitos morais da sociedade lusa, mas foi comum a utilização desses meios para fins menos pios, por exemplo, o crime de *solicitação*.¹¹⁶ Aos olhos aguçados de Pombal, no entanto, a prática perpetrada pelos *jacobeus* e pelos *sigilistas* era altamente perniciosa aos interesses do Estado, devido a razões não de ordem moral, mas de ordem política.¹¹⁷ A partir desses primeiros confrontos entre Pombal e a Companhia, essas práticas foram terminantemente proibidas, e instituiu-se um controle rígido, visando à extinção desse tipo de vinculação entre padres e fiéis em Portugal. A perseguição dos denominados *jacobeus* estava inserida no contexto em que se promoveu uma importante ruptura entre Estado e Igreja em Portugal.

Nos meses imediatamente antes da eclosão da conspiração contra Pombal, a relação deste com a Companhia de Jesus encontrava-se relativamente tranqüila, muito em virtude da catástrofe que se abatera sobre Portugal, não obstante os embates anteriores ao terremoto. Os jesuítas que haviam sido deportados do vice-reinado do

¹¹⁴ ECKART. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, p. 48. [grifo meu].

¹¹⁵ Sobre o sigilismo, ver: LEBRUN. *As Reformas*, p. 80-81.

¹¹⁶ A solicitação naquele contexto era uma prática alusiva à tentativa de sedução erótica relacionada, principalmente, a certas condutas do clero no ato da confissão. OLIVEIRA. *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII*, p. 299.

¹¹⁷ Proeminentes jesuítas, como Francisco Suarez, eram defensores da prática do *sigilismo*. Ver: OLIVEIRA. *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII*, p. 333.

Grão-Pará e Maranhão em decorrência das desavenças com o irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça, desembarcaram livremente em Lisboa.¹¹⁸ Até o momento que antecedeu o terremoto não havia sido deflagrado um embate mais violento entre o governo reformista ilustrado e a Companhia de Jesus. As contendas entre as partes não haviam ainda extrapolado os limites da diplomacia. O irmão de Pombal e vice-rei do Grão-Pará ainda tentava resolver suas pendências com alguns membros da Companhia recorrendo à velha amizade com os membros daquela Ordem. Em correspondência enviada ao padre Bento da Fonseca, um dos mais importantes membros da Companhia de Jesus em Portugal, Mendonça queixava-se das atividades do padre Malagrida naquelas partes:

Tenho importunado a V. Reva. mais do que deveria, mas quis informá-lo da verdade deste fato, para que se conheça que em mim não há outra coisa que me mova mais que a pura e reta administração da justiça, que será só o que possa embaraçar, para algumas vezes **não servir a sua sagrada religião [a Companhia de Jesus]** como devo e desejo, porque nunca me esqueço **o muito que não só eu, mas toda a minha casa lhe sempre foi obrigada**”¹¹⁹

A correspondência deixava claro os favores dos jesuítas à família de Pombal, mas tais demonstrações de respeito e gratidão tinham hora certa para cessar.

Gabriel Malagrida era um jesuíta particularmente querido e muito afamado devido a seu verbo persuasivo e a sua atuação sempre marcante em favor da Companhia de Jesus. Ele protagonizara um duelo particular com Pombal, personificando de maneira viva o embate com as proposições dos reformistas ilustrados. Onde quer que estivesse atuando, seja nas mais longínquas missões nas entranhas das matas tropicais da América portuguesa, nos púlpitos, nos colégios da Ordem ou, mesmo, na corte dos reis lusitanos, lá estaria propagando as idéias da Companhia. O padre havia afirmado que a verdadeira causa do terremoto de Lisboa teria sido a ira de Deus, em consequência das nefastas ações de tão terrível governo. Portanto, o terremoto não teria causas naturais, como

¹¹⁸ RIBEIRO. *A renovação pombalina*, p. 204.

¹¹⁹ MENDONÇA. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. p. 347. *apud* DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 228.

vinha sendo divulgado oficialmente. Anos mais tarde, banido de Lisboa, seguiu defendendo seus colegas das acusações contidas nos libelos antijesuíticos espalhados por todos os cantos da Europa por ordem de Pombal. Quanto aos culpados pela infeliz sorte da Companhia de Jesus em Portugal, na ocasião em que os mesmos foram expulsos daquele reino, Malagrida eximiu toda a Família Real da culpa, depositando toda a responsabilidade daquela “desgraça” sobre os ombros de Pombal: “autor de tanta ruína, obcecado pelo esplendor do nome de nossa Companhia [...] esforçou-se por obscurece-lo com os seus livros satíricos, espalhados por toda a parte”.¹²⁰

Durante toda sua vida, foi atribuída a Gabriel Malagrida a faculdade de escutar e de se comunicar com o Senhor Jesus Cristo, bem como com anjos e santos. Em muitos momentos de sua vida, ele dizia escutar vozes do além, o que reforçava sobremaneira sua aura mística.¹²¹ Em 1759, o marquês de Pombal, em pessoa, denunciou-o à Inquisição portuguesa, que àquela altura era presidida por seu irmão. Demonstrava-se assim, mais um indício da intenção do poderoso ministro em ter sob a sua tutela todas as esferas da Igreja. Alguns anos depois, em 1761, já velho e, segundo testemunhos de época, também já “meio louco”, Malagrida foi sentenciado ao suplício e morte pelo crime de heresia pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa.¹²² Não deixava de ser irônico o fato de a última vítima fatal da Inquisição portuguesa ter sido um jesuíta. Tanto a Inquisição quanto a Companhia de Jesus figuravam entre as mais poderosas e autônomas instituições da Igreja em Portugal antes do advento de Pombal. Esse quadro ilustrava bem a nova configuração das relações entre Estado e Igreja após a introdução da política reformista ilustrada implementada pelo ministro.

¹²⁰ ECKART. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, p. 51.

¹²¹ Para mais informações biográficas, bem como mais informações acerca da trajetória do padre Malagrida, ver: TAVARES. *Entre a Cruz e a espada: jesuítas e a América portuguesa*, p. 122-148.

¹²² MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 91.

O padre Gabriel Malagrida em seu *Juízo da verdadeira causa do terremoto de Lisboa, que padeceu a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755*, não hesitou em definir como causa daquele terrível terremoto os “escândalos” e “desordens” que grassavam em Portugal. É importante salientar que a referida publicação gozava de todas as autorizações que se faziam à época necessárias à publicação, incluindo a do Santo Ofício. Tais críticas vieram à luz no mesmo íterim em que Pombal cuidava de punir aqueles que tentaram derrubá-lo do poder. Malagrida começava por lamentar o lastimável estado decadente em que se encontrava “uma Corte tão rica, tão bela, tão florescente, debaixo do suave e pacífico Império de um rei pio e fidelíssimo” e dizia manter a esperança de ver novamente aquela Corte sã, para o qual se propõe “descobrir o remédio” para sanar a “moléstia” que pairava sobre o reino.

O célebre jesuíta desmentia com veemência em sua obra aqueles que explicavam aquela tragédia a partir de causas puramente naturais, dando vazão a um uníssono sentimento que abarcava quase toda a nação.¹²³

Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que o trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais; mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.¹²⁴

Era clara a interlocução com os postulados reformistas ilustrados, que defendiam a tese de que o terremoto era mero fenômeno físico e natural. Com profunda riqueza de detalhes, o padre Gabriel Malagrida verificava que o terremoto estaria relacionado aos (maus) hábitos da Corte e aos insultos por ela perpetrados. Para ele, a responsabilidade maior era do governo, ainda que tivesse sido poupada a figura do monarca. O velho jesuíta deixava claro seu recado ao poderoso ministro, se não abertamente, de maneira dissimulada e indireta:

¹²³ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 191.

¹²⁴ MALAGRIDA. *Juízo verdadeiro das causas do terremoto, que padeceu a cidade de Lisboa, e todo Portugal, no primeiro de novembro de 1755*.

Nem digam os que politicamente afirmam, que padecem de causas naturais, que este orador sagrado abrasado no zelo do amor divino faz só uma inventiva contra o pecado, como origem de todo de todas as calamidades que padecem os homens, e que se não deve comprovar com esses espíritos ardentes, que só pretendem aterrar os mesmos homens, e aumentar as suas aflições com ameaças da ira divina desembainhada; **porque é certo, se não fosse censurado dizer o que sinto desses políticos, chamar-lhes ateus.**¹²⁵

Malagrida confessava não entender “como se possa atrever um sujeito católico” atribuir a contingências unicamente naturais tamanha calamidade, buscando para corroborar de forma exegética uma série de exemplos oriundos das Santas Escrituras. “Não sabem estes católicos que este mundo não é uma casa sem dono? Não sabem que há providencia em Deus? Que há Deus no céu que está vigiando continuamente sobre nossas operações?”¹²⁶

Dizia ele que era significativo o fato de o terremoto ter afetado de forma mais contundente a capital Lisboa. Parecia tentar alertar o rei sobre a índole daqueles que o cercavam, e sobre os meios para atalhar e remediar a cólera de Deus. O religioso atestava a “piedade desta corte”, declarando que devido a isso não havia sido ainda maior a ira divina, reforçando, porém, quanto aos “monturos cobertos de neve para enganar com aquela fraudulenta superfície, que os faz parecer totalmente diversos do que na realidade são.” Mas, igualmente, alertava que o caminho para a retomada da paz espiritual do reino era a prece, as orações redobradas, penitências de toda ordem que expressassem a Deus o “arrependimento de seus filhos”.¹²⁷

Malagrida encerrava o pequeno livro lembrando que não faltaram avisos do Divino quanto à iminência da grande catástrofe, enumerando vários exemplos de premonições, dentre as quais aquelas que ele próprio havia feito. “Ora, suposta a verdade inegável de tantos avisos, e profecias precedentes, haverá, não digo católico, mas herege, turco ou

¹²⁵ Ibidem, p. 11.

¹²⁶ Ibidem, p. 15.

¹²⁷ Ibidem, p. 24.

judeu, que possa dizer que este tão grande açoite foi puro afeito de causas naturais [...]”¹²⁸.

O religioso alertava, ainda, que se aquela Coroa não se emendasse recairia sobre ela de forma mais intensa a ira divina, como se provava nas Escrituras. Novamente dom José I deu mostras de plena confiança em Pombal, endossando todas as atitudes tomadas desfavoravelmente em relação à Companhia de Jesus, até mesmo o degredo de Malagrida de Lisboa. Para Carvalho e Melo, não havia a menor dúvida de que aquele escrito aprovado pelo Santo Ofício era não apenas uma ofensa ao governo como também à boa religião. O teor da obra de Malagrida revelava uma traição, parte do complô que almejava alvejá-lo politicamente. O rei não esboçou qualquer medida em defesa da Companhia e nem seu confessor, o jesuíta José Moreira foi suficientemente persuasivo.¹²⁹ Dom José I estava absolutamente afinado com os preceitos políticos de seu homem de confiança.

A despeito do apoio do monarca, Pombal seguiria encontrando grandes dificuldades para fazer prevalecer seus projetos. Portugal era um país envolto em uma atmosfera religiosa, amplamente influenciado pelos jesuítas. Em decorrência desse aspecto, compreende-se a grande influência dos clérigos exercida nas esferas política e social. O reino contava com um verdadeiro “exército” de duzentos mil clérigos para uma população de aproximadamente três milhões de habitantes em meados do século XVIII.¹³⁰ Charles Boxer se pronunciou a esse respeito afirmando que Portugal era uma: “nação onde a grande maioria das pessoas, do rei ao homem do povo, era mais dominada pelos padres do que em qualquer outro país do mundo, à exceção possível do Tibet [...]”¹³¹. Talvez Portugal não fosse “totalmente dominado por padres”, mas, com

¹²⁸ Ibidem, p. 17.

¹²⁹ DEL PREIRE. *O mal sobre a terra*, p. 230-231.

¹³⁰ MAXWELL. *O Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 17.

¹³¹ BOXER. *O Império Marítimo português*, p. 189.

certeza, os eclesiásticos eram, sim, homens muito influentes. A Companhia de Jesus, em particular, era a mais poderosa dentre as organizações que representavam a Igreja e o sumo pontífice naquele reino. Era exatamente devido à imensa “influência” gozada em todos os campos pelos jesuítas (que aos olhos dos reformistas ilustrados era nefasta), que motivou Pombal a executar uma das mais extraordinárias e audaciosas ações de seu governo: uma sistemática perseguição aos membros daquela Ordem, seguida de sua expulsão, no ano de 1759. Para a execução desse intento, no entanto, não bastava a simples vontade do marquês de Pombal e de seu gabinete. Era imperativo o respaldo da sociedade a tão drástica medida. E foi exatamente neste sentido que Pombal procurou pautar suas manobras a partir do terremoto de Lisboa, momento em que também viu seus poderes se ampliarem de maneira espetacular. Como muito bem salienta Mary Del Priore, o quebra-cabeças que resultaria na execução dos Távoras e na expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses começava a ser montado sobre as ruínas de Lisboa.¹³² No entanto, a montagem desse complexo jogo não se encerraria com a expulsão dos jesuítas de Portugal. A expulsão foi apenas um passo, sem dúvida, fundamental e decisivo, para a consecução dos planos pombalinos. Pombal compreendeu muito astuciosamente que toda aquela calamidade usada politicamente contra ele também poderia lhe render frutos políticos. Não por acaso, no seu *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça por ocasião de memorável Terremoto de 1º de novembro de 1755*, o marquês de Pombal afirmava:¹³³

A política não é sempre a causa das revoluções de Estado. Fenômenos espantosos mudam freqüentemente a face dos Impérios. Pode dizer-se que esses descartes da natureza são algumas vezes necessários porque eles podem mais do que qualquer outra coisa contribuir a aniquilar certos sistemas que se encaminham a invadir o universal Império [...]. Porém dirão é necessário que sobre a terra se transportem províncias, que se subvertam cidades para dissipar as cegueiras de certas nações, ilustra-las no conhecimento dos seus verdadeiros interesses. Sim, atrevidamente o digo, em um certo sentido assim é necessário.¹³⁴

¹³² DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 225.

¹³³ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 96.

Pode-se afirmar que emergiu em Portugal, sob os escombros do terremoto de 1755, uma nova cultura política, afeita a um profundo pragmatismo, idealizada pelo próprio Pombal, mas inspirado numa gama de “pensadores” portugueses que haviam vivido no estrangeiro. O novo sistema pretendia nivelar todos os demais estamentos sob o poder do rei, abolindo privilégios e distinções incorporados há muito na herança política e social portuguesa. No campo religioso, o Estado seguia católico, mas se propugnava a constituição de uma Igreja independente de Roma e, ao mesmo tempo, submissa aos interesses políticos do Estado.¹³⁵ A implantação dessas medidas foi altamente impactante, promovendo sérias fissuras nas tradicionais bases culturais e políticas do Estado. Portugal caminhava para uma profunda redefinição das fronteiras entre religião e política, tradicionalmente próximas em Portugal. Assim como no terremoto que estremeceu a cidade de Lisboa, estava em curso um grande cisma entre as esferas política e religiosa em Portugal. A partir desses eventos que se seguiram ao terremoto de 1755 ficaria claro para o marquês de Pombal a “face sediciosa” da Companhia de Jesus, instituição que aos olhos dos reformistas ilustrados era um grande limitador dos poderes da Coroa. A neutralização dos filhos de Santo Inácio passaria a ser uma das principais prioridades do governo pombalino.

2.3 Um segundo “terremoto” assola Portugal

Segundo Lacousture, a condenação à morte da Companhia de Jesus por quatro monarquias católicas européias e mais o papado foi um dos momentos mais desconcertantes do século das Luzes.¹³⁶ O ápice de seu declínio consistiu na extinção da

¹³⁴ DISCURSO político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça por ocasião de memorável Terremoto de 1º de novembro de 1755. Fundação Biblioteca Nacional sessão de manuscritos, I, 12, 1, nº 14, pp. 1-2. *apud* SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 96.

¹³⁵ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 99.

¹³⁶ LACOSTURE. *Os Jesuítas: os conquistadores*, vol. 1.

Ordem pelo papado, em 1773, fato paradoxal, uma vez que um de seus traços institucionais mais marcantes era defender a qualquer custo a Igreja e o sumo pontífice. A jornada que culminaria com o fim da poderosa e prestigiada Companhia de Jesus teria em Portugal episódio decisivo e seus momentos mais turbulentos, mais precisamente durante o ministério do marquês de Pombal (1750-1777). A centralização política levada a cabo por Pombal incluía também o absoluto controle de todas as esferas da Igreja, o que motivou violentos confrontos entre o Estado e aquela Ordem religiosa. O momento extremo do conflito entre os jesuítas e Pombal foi, indiscutivelmente, a expulsão daqueles padres de todas as possessões portuguesas em 1759, em decorrência da suposta participação deles na tentativa de assassinato de dom José I como autores intelectuais do atentado.

O episódio do tremor de terra de Lisboa marcou o acirramento dos conflitos, evento que também demonstrou com clareza as divergências de idéias entre Pombal e os padres inicianos. Os jesuítas iriam experimentar a partir dali uma sensível perda de prestígio perante a Coroa, numa escala sem precedentes desde a chegada daqueles religiosos em Portugal. Foi abrupto o rompimento entre o Estado português e a Companhia de Jesus, levando-se em consideração os longos anos em que prevaleceu um harmonioso e próspero relacionamento ambos em Portugal.¹³⁷

Analisaremos o interregno entre o terremoto de 1755 e a tentativa de regicídio de 3 de setembro de 1758.¹³⁸ Nesse intervalo de tempo, os jesuítas viram o “chão se abrir” diante de seus olhos. Foram expulsos das Cortes e privados de qualquer contato com os membros da realeza, perdendo sua tradicional prerrogativa de confessores da Família Real. Foram submetidos a uma severa e vexatória visitação promovida por Roma (a pedido de Pombal), em que foram confirmadas as culpas imputadas pelo marquês.

¹³⁷ ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*, p. 16.

¹³⁸ A tentativa de regicídio será descrita adiante nesse subitem.

Alguns meses antes da tentativa de assassinato do rei, os jesuítas foram proibidos de prestar qualquer tipo de assistência religiosa em Portugal e suas possessões ultramarinas; ou seja, estavam proibidos de pregar e ouvir confissões. Isso significava, simbolicamente, quase a “morte” da Companhia de Jesus nos domínios de dom José I.

Em 8 de outubro de 1757 o rei encaminhou instruções detalhadas para que o representante daquela monarquia na Cúria Romana comunicasse ao papa os insultos e disparates promovidos pelos jesuítas naquele reino. Segundo o documento enviado a Roma, eram públicas e notórias as “sediciosas intrigas que os padres jesuítas da Província de Portugal têm maquinado nesta, nessa, e em todas as Cortes da Europa”, perturbando, dessa maneira, a ordem pública por meio de seus escritos, que sugeririam “maliciosamente infelicidade e desordens que nunca existiram”.¹³⁹ O rei fazia aí uma clara menção aos escritos de padre Malagrida acerca das verdadeiras causas do terremoto de Lisboa.

Não tardou em frutificar os apelos da corte portuguesa acerca dos “abusos” cometidos pelos jesuítas naquelas terras. Em 1º de abril de 1758, foi expedido um breve papal que nomeava o cardeal Francisco Saldanha como verificador e reformador da Companhia de Jesus em Portugal. Foram desastrosas as conseqüências de tal empreitada para a Companhia, uma vez que o cardeal entendeu serem pertinentes as assertivas acerca dos jesuítas veiculadas pelo governo português.

Durante sua experiência diplomática na Áustria, Pombal fez grandes amigos, dentre os quais um dos mais ilustres “estrangeirados” portugueses, Manuel Teles da Silva, um importante magistrado há muitos anos radicado no estrangeiro, a serviço da corte de Áustria, mas, acima de tudo, um amante de sua pátria.¹⁴⁰ Manuel Teles da Silva e Pombal mantiveram freqüente cartas durante toda a década de 1750, na qual trocavam

¹³⁹ IANTT Livro da Consciência e Ordens nº 311. doc. nº 5. *apud* ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*, p. 20.

¹⁴⁰ SANTOS. *O Brasil pombalino na perspectiva de um estrangeirado*, p. 149.

idéias acerca das matérias mais importantes de sua terra natal. Numa dessas correspondências enviada por Teles da Silva a Pombal em fevereiro de 1758 traduzia-se em parte a visão que os reformistas ilustrados tinham a respeito dos jesuítas naquela conjuntura:

Não foi o espírito evangélico o que armou de mosquetes etc. e disciplinou oitenta ou cem mil índios, e criou uma potencia internacional desde o Rio da Prata até o das Amazonas, a qual poderia algum dia ser fatal às Coroas interessadas e dominantes da América Meridional. A competência do juízo e direito natural das gentes não toca a Jesuítas e outros Missionários ali; [...]. Eu que não sou de modo algum letrado ou jurisconsulto, me guardarei bem de julgar um ponto escrupuloso e delicado sobre o domínio e conquista daqueles selvagens, que a natureza fez livres tantos séculos. Mas por onde toca aos Jesuítas semelhante juízo ou decisão? Quem levou ali estes padres? Quem lhes deu os meios temporais? Donde lhes deriva título algum de Domínio, legislação ou Independência?¹⁴¹

Essa correspondência, de cunho pessoal, mostrava com clareza que Pombal e seus companheiros reformistas ilustrados não viam a Companhia de Jesus como uma instituição religiosa que agia segundo o que se esperava de um instituto pio. Se, de um lado, a presença jesuítica nos extremos da América portuguesa foi efetivamente um motivo de grandes preocupações para ambas as Coroas ibéricas, Portugal, de outro lado, soube aproveitar-se bem da guerra guaranítica, usando-a contra a Companhia de Jesus, promovendo e patrocinando uma intensa campanha antijesuítica no Reino, nas possessões ultramarinas e em todas as Cortes católicas européias, processo iniciado na década de 1750 e intensificado na década seguinte.

Em 31 de janeiro de 1758, poucos meses antes da suposta tentativa de assassinato a dom José I, foi enviada Carta Régia a José Antonio Freire de Andrade governador interino das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em que é possível antever os passos do gabinete pombalino no que se refere ao futuro da Companhia de Jesus no mundo português:

¹⁴¹ CARTA de 10 de fevereiro de 1758. *apud* SANTOS. *O Brasil pombalino na perspectiva de um estrangeirado*, p. 164-165. ver ainda: MAXWELL. *O marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 73-74.

Ultimamente ordena o mesmo Senhor que V. M. que não se permita que Religioso algum da Companhia de Jesus passe aos lugares do sul do Rio de Janeiro, fazendo recolher à dita cidade do Rio de Janeiro todos os jesuítas que se acharem nos lugares [respectivos?] substituindo-se os seus [ministérios?] por sacerdotes do hábito de São Pedro, não se dando mais entrada a algum dos ditos padres, ou seja português, ou seja castelhano, e seqüestrando-se todas as cartas que quaisquer deles mandarem aos outros.¹⁴²

Pouco mais de um ano depois de emitida esta carta, os jesuítas teriam seus destinos selados em Portugal. Este documento permite inferir que Pombal já planejava cercar a ação dos jesuítas nos domínios portugueses mesmo antes do episódio da tentativa de assassinato do rei, em setembro de 1758.

A atribuição vivida pela Companhia de Jesus naquele contexto foi muito bem captada pelo jesuíta Anselmo Eckart. Os padres da Companhia assistiam atônitos e inconformados à derrocada da Ordem em Portugal, mas não sem reagir. Vejamos um pequeno trecho de seus escritos, em que defendia a Companhia de seus algozes, numa época em que os libelos contra ela fervilhavam por toda a parte:

Este ridículo autor [Pombal] não sabe o que diz; a si mesmo se atraiçoa, quando mede a todos com sua própria medida. Toda esta grande astúcia dos padres da Companhia permaneceu oculta dos Reis de Portugal, tão perspicazes como os antecessores de dom José I: [...]. Todos estes príncipes Coroados confirmaram com diplomas régios as missões confiadas aos paternais cuidados dos jesuítas, cumularam-nos de privilégios e favores, honram-nos prodigamente com elogios: mas, enganaram-se, iludiram-se, foram induzidos em erro. O fogo, por tantos anos oculto por baixo das cinzas, finalmente, sob o glorioso regime de Sebastião de Carvalho e Melo e de seu irmão Mendonça Furtado, explodiu em chamas, quando os jesuítas conspiradores ocultos deram o máximo de seu esforço, trabalharam arduamente com todas as veras da sua alma e se esgotaram de fadiga para conquistar estas terras meridionais para o Cristo e Portugal.¹⁴³

As palavras do jesuíta identificam com clareza a face de seu inimigo na figura de Pombal, arquiteto das medidas que, de maneira tão aguda, afetavam a vida daqueles que de algum modo estavam ligados à Companhia de Jesus. O recurso à ironia como forma de desarticular as acusações perpetradas por Pombal foi uma constante, não apenas nos

¹⁴² IHGB Arquivo do Conselho Ultramarino códice 1.3.8 p. 192.

¹⁴³ ECKART. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, p. 35. [grifo meu]

relatos deste jesuíta como também em outras obras, como a do também inaciano José Caeiro.

Os jesuítas também responderam com ironia as acusações contidas na *Relação Abreviada*, um dos primeiros libelos antijesuíticos composto pelo gabinete pombalino. Segundo o libelo: “a usurpação de províncias inteiras da América, havidas por meio de fraudes, a constituição do império jesuítico já realizado, e o seu imenso poderio, tão forte que nem ruiria ante o poder de toda a Europa unida [...]”. Os inacianos eram acusados de intentar estabelecer uma república autônoma em terras de Portugal e Espanha na América, entre outras coisas. Os jesuítas respondiam que se tais notícias fossem divulgadas no restante da Europa: “fariam rir toda a gente”.¹⁴⁴ Em outra parte, José Caeiro menciona outro episódio que também “sobremaneira desperta o riso”. Uma das justificativas dada pela Corte para a prisão, expulsão e confiscação dos bens dos jesuítas foi a suposta participação dos padres da Companhia na conspiração contra a vida do monarca. Ironizava o jesuíta:

Que havia perigo de que, assim como os jesuítas de Lisboa tinham com os seus erros transtornado as cabeças dos nobres e lhes haviam armado os braços com o ferro regicida, assim também os de além mar, se oportuna e prudentemente se não acudisse a priva-los dos seus bens e de sua liberdade, ousariam através da imensidão dos espaços dirigir as suas espingardas contra a pessoa do Rei e de tão longe, mais destramente que os nobres e os Ferreiras e Policarpus, que o deixaram prostrado e ferido de morte.¹⁴⁵

O autor dessas palavras considerava uma grande injustiça a expulsão de todos os jesuítas do mundo português, mesmo em se considerando a hipótese (refutada por Caeiro) de que os jesuítas de Lisboa tivessem contribuído de alguma forma com o crime de lesa-majestade, considerado “lastimável” pelo jesuíta. Contudo, a Companhia não poupava Pombal. Segundo Caeiro, o poderoso império jesuítico foi realmente vencido e pelas suas bases arruinado, “e não por tropas enviadas de Portugal nem por algum

¹⁴⁴ CAEIRO. *Primeira publicação do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pomba*, p. 209. Abundam nesta obra passagens que procuram desqualificar as acusações e denúncias contra a Companhia de Jesus proferidas por Pombal.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 183.

exército reunido no Brasil, senão por palavras e não muitas, com que os jesuítas foram mandados sair. Quem ante isto poderá conter o espanto ou o riso?”¹⁴⁶

A expulsão dos jesuítas foi vigiada de perto pela Coroa portuguesa. Os jesuítas não foram intimados apenas por palavras; também foram utilizados outros artifícios que visavam anular qualquer reação dos inacianos. Apesar de não pegarem em armas contra o governo, os filhos de Santo Inácio reagiram, a seu modo, à expulsão imposta pelo consulado pombalino utilizando-se daquilo que não lhes faltava naquele reino: o seu imenso prestígio e influência. As inconfidências que tiveram como palco as Minas Gerais são um exemplo dessa “resistência” interposta pelos inacianos. Tais resistências, se não foram incitadas diretamente por seus membros, eram frutos das raízes que plantaram e que penetravam fundo no seio daquela sociedade, reverberando dessa forma no universo político e cultural luso-brasileiro. Os ataques proferidos pelos jesuítas ao marquês de Pombal e à sua política coadunavam-se perfeitamente com os princípios das teorias corporativas, uma vez que o referido ministro era o responsável por um sério abalo no corpo místico que compunha, em última instância, toda a cristandade segundo as concepções caras à Ordem.

A Corte portuguesa não foi a primeira e tampouco exceção no que dizia respeito ao ataque contra os inacianos, uma vez que os mesmos também gozavam de péssima reputação em outras Cortes européias. Até 1759, ano da expulsão dos jesuítas do mundo português, os mesmos já haviam se envolvido em sérios problemas em vários Estados europeus, sendo inclusive expulsos da Inglaterra (1605) e Holanda (1705). Além disso, já haviam sido expulsos na França (1594-1603), onde foram novamente aceitos, e Veneza (1606-1656).¹⁴⁷ Em todas as oportunidades em que foram banidos, definitivamente ou de maneira temporária, foram imputadas aos jesuítas culpas e

¹⁴⁶ Ibidem, p. 55.

¹⁴⁷ ROEHNER. *Jesuits and the State: A comparative Study of their expulsions (1590-1990)*, p. 167.

responsabilidades muito semelhantes àquelas que recaíram sobre seus ombros no contexto em que eram expulsos de Portugal.¹⁴⁸ Desde o século XVI pairava sobre a Companhia acusações sobre o seu caráter “dissimulado” e “conspiratório”.¹⁴⁹ Na França, as idéias do jesuíta Juan Mariana acerca da possibilidade de se cometer regicídio teriam motivado, no ano de 1610, o assassinato de Henrique IV, o que colocou a Companhia de Jesus em “maus lençóis” naquele Estado.¹⁵⁰

Minar as estruturas da Companhia de Jesus em Portugal consistia em medida necessária e indispensável aos planos de Pombal, porém uma tarefa árdua. O atentado à vida do rei perpetrado em 1758 foi a chave, o caminho para que o ministro agisse. A notícia do atentado surtiu o efeito de um terremoto político em Portugal, pois era um evento eminentemente político, cujas conseqüências para Portugal teriam o mesmo efeito do gigantesco terremoto, que subverteria e reviraria não a terra, mas as entranhas do Estado português.

No dia 3 de setembro de 1758, ao voltar da casa de sua amante pouco secreta, a jovem e bela esposa do marquês de Távora, o rei dom José I sofreu um atentado contra sua vida, que, no entanto, não foi totalmente bem sucedido porque, apesar de ferido, não o foi de maneira mortal. Durante algum tempo após o atentado, as informações acerca do que havia se sucedido com o rei foram desencontradas, vigorando um silêncio velado por parte do governo.¹⁵¹ Sete dias após o atentado, a *Gazeta de Lisboa* informava que: “El Rei Nosso Senhor por causa de uma queda que deu dentro no seu Palácio, se sangrou no dia quatro deste mês e por beneficiar do dito remédio, que logo lhe foi aplicado, tem S. Majestade todas aquelas melhoras, que todos os seus fiéis vassallos desejamos [...]”.¹⁵² Para Pombal, nem todos os vassallos tinham interesse em que o rei se

¹⁴⁸ Ibidem, p. 166-167.

¹⁴⁹ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 256.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 256-257.

¹⁵¹ SANTOS. *O caso dos Távoras*, p. 15.

¹⁵² Ibidem, p.13.

recuperasse. Na verdade, um minucioso processo para a averiguação daquele crime de lesa-majestade foi levado a cabo secretamente.

O episódio relativo ao atentado à vida de dom José I é um dos mais polêmicos e controversos temas da historiografia portuguesa, quase sempre suscitando discussões apaixonadas, assim como quase todos os temas relacionados ao confronto entre o marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. Parte da historiografia acerca do atentado de 3 de setembro de 1758 chega a questionar se houve de fato um atentado ou se tudo não passou de mais uma “artimanha” do famigerado Pombal.¹⁵³ Mas a maior parte dos estudos não questiona a veracidade do atentado, ficando a controvérsia quanto aos atores e às motivações para o delito.¹⁵⁴ Não nos interessa aqui averiguar a veracidade ou não do atentado, assim como a autoria do mesmo e suas motivações. O fato é que o marquês de Pombal utilizou-se politicamente daquela conjuntura para atacar com extrema ferocidade todos os seus inimigos internos. A situação era perfeita para os seus intentos, às voltas que estava com os seus opositores.

Os padres inacianos não eram os únicos opositores do ministro. Boa parte da nobreza, principalmente os ramos mais desfavorecidos por aquela administração (exatamente o grupo mais atado às antigas tradições do Reino e, por conseguinte, ligado aos jesuítas), também possuía fortes razões para se oporem a ele. Na primeira oportunidade que teve, Pombal tratou de silenciar as vozes contrárias à sua administração e à sua política. “Os conjurados” (segundo o ponto de vista de Pombal) não haviam logrado êxito em seu intento de matar o rei. Era necessário punir com severidade os culpados por aquele tão sacrílego crime. Após alguns meses em que se processaram investigações secretas, fizeram-se batidas policiais, nas quais vários acusados de envolvimento no incidente foram presos. Muitas outras medidas

¹⁵³ Ibidem, p. 50-52.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 57-68.

importantes foram adotadas nos cem dias que se sucederam à tentativa de assassinato do rei. Entre as principais medidas, destacam-se o exílio do importante ministro Diogo de Mendonça Corte Real; o fortalecimento de unidades militares de Lisboa e, ainda, alguns remanejamentos no quadro de oficiais do exército português.¹⁵⁵ Após o termo dos cem dias, vários membros da nobreza lusitana foram presos. Dentre os prisioneiros mais proeminentes, encontravam-se membros da família Távora, o duque de Aveiro e o conde Autogúia. O rei indicou uma comissão de averiguações, em dezembro de 1758, e em janeiro do outro ano foi instaurada a Suprema Junta de Inconfidência, cuja incumbência seria a de julgar a culpa dos acusados daquele crime. Enquanto o processo se desenrolava, os jesuítas tinham ordens de permanecer confinados em suas residências, que, por sua vez, eram vigiadas noite e dia para evitar possíveis fugas. O marquês de Pombal acompanhou de perto todos os passos daquele importante processo. No dia 12 de Janeiro, os prisioneiros foram sentenciados. Os crimes cometidos pelos réus foram definidos como de lesa-majestade e, de acordo com suas culpas, foram supliciados e mortos. Todos os envolvidos no crime tiveram seus bens seqüestrados.¹⁵⁶

No dia seguinte ao suplício dos nobres, oito jesuítas foram presos, supostamente acusados de cúmplices daquele crime.¹⁵⁷ Quanto a sua participação no crime de lesa-majestade, os padres da Companhia foram acusados de, juntamente com os nobres, tramar contra a vida do soberano. Vários dos nobres indiciados tinham sido vistos em encontros com os jesuítas, mesmo após as retaliações impostas aos inicianos.¹⁵⁸ As provas oficiais do envolvimento dos jesuítas na conspiração, como seria de se esperar, não eram incontestes sob o ponto de vista dos incriminados, mas ainda assim aqueles padres foram acusados de “conspirar” secretamente contra a Coroa. Depois de algumas

¹⁵⁵ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 264-265.

¹⁵⁶ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 88

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 88-89.

¹⁵⁸ Sobre a atuação dos jesuítas na tentativa de regicídio, consultar: MIRANDA. *Ervas de Ruim qualidade*, p. 262-268. SANTOS. *O caso dos Távoras*, p. 57-90.

seções de tortura, alguns dos acusados chegaram a confessar a existência de uma conspiração que visava matar o soberano, “havendo os inacianos Jacinto de Oliveira e Timóteo da Costa assegurado aos revoltosos que esse ato não seria pecaminoso, mas, sim, uma legítima medida para assegurar o supremo interesse dos povos”.¹⁵⁹ As acusações que recaíam sobre os jesuítas possuíam o mesmo teor das conspirações que tiveram como palco a Inglaterra tempos antes. Se forem levadas em consideração as teorias corporativas defendidas ao longo dos anos pelos jesuítas acerca de como se proceder com os monarcas tiranos, as acusações que lhes foram imputadas naquela ocasião não eram infundadas. Muito pelo contrário. Pesavam contra a Companhia de Jesus, ainda, as ocorrências do mesmo gênero que tiveram lugar em outros países da Europa, assim como as ações dos mesmos nas colônias, em desacordo com as políticas pombalinas.¹⁶⁰

O desfecho desse embate é bem conhecido: os jesuítas foram expulsos de todas as possessões portuguesas, acusados, dentre outros crimes, pela autoria intelectual da tentativa de regicídio ocorrida em Portugal em setembro de 1758. Recordemos as palavras do célebre jesuíta Francisco Suares:

Tal como no caso de um indivíduo [...] para quem “o direito de preservar a própria vida é o maior de todos os direitos”, também no caso de uma república, “que o rei esteja de fato agredindo com o objetivo de injustamente destruir e matar os cidadãos”, deve existir um direito análogo à auto defesa, que “torna legal para a comunidade resistir a seu príncipe, e até mesmo matá-lo, se não houver outro meio para se preservar.”¹⁶¹

Foi com base em tais preceitos, traços das teorias corporativas, que Pombal imputou aos inacianos a autoria intelectual pela tentativa de regicídio. Além disso, todos os diretamente relacionados ao crime tinham como confessores padres da Companhia de

¹⁵⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Poder Executivo, Códice 746. Vol. 2 *apud* MIRANDA. *Ervas de Ruim qualidade*, p. 267.

¹⁶⁰ Para mais informações acerca de todos os aspectos relativos ao atentado de 3 de setembro de 1758, ver entre outros: SANTOS. *O caso dos Távoras*; AZEVEDO. *O Marquês de Pombal e sua época*; MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*.

¹⁶¹ SKINNER. *As fundações do pensamento político moderno*, p. 453.

Jesus, e alguns chegaram a confessar a participação dos padres no crime de inconfidência.

Exatamente um ano após a frustrada “conspiração”, ou seja, a 3 de setembro de 1759, era publicado alvará régio declarando que estavam os jesuítas em rebelião contra a Coroa, reforçando o decreto de 21 de julho daquele mesmo ano, que ordenava a imediata prisão e expulsão de todos os jesuítas da América portuguesa. Na carta régia de 21 de julho de 1759 o rei chamava a atenção de seus súditos quanto à necessidade de liquidar de uma só vez o mal que assolava aquele reino, “fazendo uso do poder que Deus pos nas minhas Reais mãos para sustentar, e defender a minha Real Pessoa, e Governo, e sossego público dos meus fieis Vassallos, contra os insultos da incorrigível temeridade, e façanhosa ousadia dos mesmos Religiosos [jesuítas]”.¹⁶² Em meados do ano seguinte, cerca de 400 jesuítas seguiam presos para Portugal.¹⁶³ A arrojada iniciativa do reino luso em expulsar os jesuítas de suas possessões contou com o apoio inicial da Inglaterra e com a desaprovação do papa.

Em carta do marquês de Pombal enviada ao conde de Bobadela em 1759, tem-se uma impressão lúcida e clara da posição do primeiro com relação aos membros da Companhia de Jesus. A intenção de Pombal era a de inteirar o vice-rei do Brasil e governador das Minas com relação às providências que o rei havia tomado até aquele momento com o intuito de fazer “cessarem as desordens e abusos em que se tinham deslizado os Religiosos da Companhia chamada de Jesus”.¹⁶⁴ Com relação às medidas tomadas pelo rei com relação aos jesuítas, Pombal justificava que:

a grande razão em que se fundavam aquelas indispensáveis providências, se manifestou dentro em pouco tempo por modo tão concludente como infausto e sensível para todos os vassallos fieis de El Rei, Nosso senhor, pelo execrado insulto cometido contra a real pessoa de Sua Majestade na noite de 3 de setembro do ano próximo passado, e

¹⁶² SERRÃO. *História de Portugal*, vol. 4, p. 52.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 91.

¹⁶⁴ IHGB. Arquivo do conselho Ultramarino. Códice 1.3.8 p. 167v.

pela enormíssima conjuração, que abortou aquele abominável delito, manifestando-se tudo ao público pela sentença [...].¹⁶⁵

O ministro acrescentou que foi devido a atentados tão inauditos e perniciosos que Sua Majestade foi levada

a fazer uso dos últimos remédios, que faziam indispensáveis tão extremas urgências, para preservar a sua Real pessoa, o seu felicíssimo Governo, e o bem comum, e a tranquilidade pública, das maquinações de uns homens, que sendo só na exterioridade e aparência religiosos, eram na realidade os mais ferozes e detestáveis monstros [...].¹⁶⁶

Com a expulsão dos jesuítas, a Coroa decretou o confisco dos seus bens, nomeando administradores para gerirem as unidades produtivas da Ordem, processo que se deu concomitantemente a um minucioso inventário de todos os seus bens, a cargo de oficiais da mais absoluta confiança do gabinete pombalino. Devido ao avultado valor dos bens seqüestrados dos jesuítas, o rei ordenou aos seus ministros na América que não remetessem “os sobreditos cabedais se não houvesse navios de guerra” para a escolta.¹⁶⁷ Todos os bens relativos ao culto divino deveriam ser entregues à administração do bispo das dioceses. Na esfera espiritual, outras ordens religiosas e as dioceses assumiram o controle das igrejas pertencentes aos religiosos desnaturalizados.¹⁶⁸ Porém, tal procedimento “não se estenderá às residências e casas de granjearia, que imprópria e abusivamente se chamavam Missões”.¹⁶⁹

Se o espólio da Companhia de Jesus era, sem nenhuma dúvida, um prêmio cobiçado por qualquer monarca europeu, não se pode interpretar como de natureza puramente econômica a medida adotada por Pombal, o que empobreceria o complexo enredo que cercou a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, os quais eram, sim, uma grande e poderosa ameaça aos desígnios políticos do programa pombalino em execução.

Segundo Maxwell: “os receios de Pombal de uma conspiração não eram, claro,

¹⁶⁵ Ibidem, p. 167v.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 168.

¹⁶⁷ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8. p. 159v.

¹⁶⁸ ASSUNÇÃO. *Negócios Jesuíticos*, p. 39.

¹⁶⁹ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8. p. 159v.

inteiramente infundados e, pelas experiências anteriores, a oposição da nobreza e dos jesuítas não era algo a ser tratado com brandura”.¹⁷⁰

Mas a questão estava longe de ser resolvida com a expulsão dos jesuítas do mundo português. A Companhia de Jesus tinha consciência de sua relevância naquele contexto, bem como do importante papel desempenhado pelos seus antecessores junto àquele reino. Para Sebastião José de Carvalho e Melo, aquele confronto possuía dimensões muito mais amplas. A Companhia era rica, poderosa e altamente influente no reino e no além-mar. A expulsão dos jesuítas de Portugal era um importante passo de um plano mais amplo que pretendia submeter a Igreja e a população ao estrito e completo controle do Estado.

Pombal não empreendeu um ataque isolado à Companhia de Jesus. Após a expulsão dos inicianos de Portugal e de suas possessões em 1759, estava aberto o caminho para o mesmo procedimento com relação à outras ordens religiosas detentoras de grandes propriedades e riquezas na América portuguesa. Em meados de 1760, ordenou que regressassem ao reino os padres mercedários, que obviamente não eram tão ricos e influentes como os jesuítas, mas cujas propriedades tiveram o mesmo destino daquelas que pertenciam a estes últimos: foram incorporadas ao Erário Régio e prontamente vendidas. Todas as manifestações de natureza contestatória perpetradas pelos mais diversos setores do clero durante a década de 1760 em Portugal, independentemente de posição e prestígio, fossem de regulares ou de seculares, foram rigorosa e exemplarmente punidas por Pombal, como foi o caso do oratoriano Teodoro de Almeida, preso por desentendimentos “políticos” com o governo no fim da década de 1760.¹⁷¹ Na verdade, o governo não toleraria mais, a partir daquela nova orientação, nenhum tipo de manifestação, laica ou religiosa, que de alguma maneira pudesse

¹⁷⁰ MAXWELL. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, p. 92.

¹⁷¹ VILLALTA. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 150.

ofuscar, cercear ou rivalizar com o poder do rei, bem como com as mudanças implementadas nos mais diversos setores da sociedade.